



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ PRODUZIDO PELAS COOPERATIVAS DA
POPULAÇÃO EM PROCESSO DE REINCORPORAÇÃO SOCIOECONÔMICA EM
BOGOTÁ, COLÔMBIA: UMA ABORDAGEM TERRITORIAL, COMUNITÁRIA E
COLABORATIVA**

JUAN LUIS CAMACHO ALJURE

ARARAS

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ PRODUZIDO PELAS COOPERATIVAS DA
POPULAÇÃO EM PROCESSO DE REINCORPORAÇÃO SOCIOECONÔMICA EM
BOGOTÁ, COLÔMBIA: UMA ABORDAGEM TERRITORIAL, COMUNITÁRIA E
COLABORATIVA**

JUAN LUIS CAMACHO ALJURE

Orientador: Doutor Leandro de Lima Santos

Coorientador: Doutor Wagner Gervazio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

ARARAS

2025

O NOSSO DESTINO NÃO PODE SER A GUERRA

Aljure, Juan Luis Camacho

Comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica em Bogotá, Colômbia: uma abordagem territorial, comunitária e colaborativa / Juan Luis Camacho Aljure -- 2025.
94f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras
Orientador (a): Leandro de Lima Santos
Banca Examinadora: Leandro de Lima Santos, Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega, Henrique Carmona Duval
Bibliografia

1. Construção de Paz, . 2. Reforma Agrária na América Latina, . 3. Economia Solidária, . I. Aljure, Juan Luis Camacho. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8
7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Juan Luis Camacho Aljure, realizada em 12/05/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Leandro de Lima Santos (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega (UFG)

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

AGRADECIMENTOS

Ao Brasil por abrir as portas das suas instituições a imigrantes como eu, e incentivar por meio da educação pública universal, espaços para continuar construindo pontes de comunicação e cooperação entre os países da nossa região sul americana.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Após a assinatura do Acordo de Paz de 2016 entre o Governo Colombiano e a antiga guerrilha das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo* (FARC-EP), iniciou-se o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reincorporação (DDR), envolvendo mais de 10.000 homens e mulheres. Após as fases de desarmamento e desmobilização, os antigos combatentes optaram por um modelo de reincorporação socioeconômica coletiva, organizando-se em cooperativas produtivas como estratégia para garantir autonomia econômica e sustentabilidade em sua nova etapa de vida. O café colombiano, reconhecido mundialmente por sua qualidade e valor cultural, tornou-se um dos principais eixos produtivos dessas cooperativas. A escolha do café não foi apenas uma decisão econômica, mas também uma forma de conectar os antigos combatentes a redes de comércio justo, economia solidária e desenvolvimento rural, inserindo-os em cadeias produtivas sustentáveis. O presente trabalho observou e discutiu as dinâmicas da comercialização do café produzido pela população em processo de reincorporação socioeconômica na cidade de Bogotá, por meio das seguintes abordagens: territorial, comunitária e colaborativa. Embora os resultados tenham demonstrado quão complexo o processo dos antigos combatentes é, os resultados também tem demonstrado que a atuação das cooperativas tem gerado impactos positivos na geração de renda quanto na autoestima dos membros. Paralelamente, o estudo buscou contribuir para o monitoramento da implementação do Acordo de Paz oferecendo insumos para o debate sobre políticas de reincorporação, desenvolvimento rural e justiça social, além de fortalecer a promoção de uma cultura de reconciliação, paz e prosperidade no país.

Palavras-chave: Comércio Justo; Construção de Paz; Desenvolvimento Rural; Pós-Conflito; Territorialidade

ABSTRACT

After the signing of the 2016 Peace Agreement between the Colombian government and the former guerrilla group Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP), the process of Disarmament, Demobilization, and Reintegration (DDR) began, involving more than 10,000 men and women. Following the disarmament and demobilization phases, former combatants opted for a model of collective socioeconomic reintegration, organizing themselves into productive cooperatives as a strategy to ensure economic autonomy and sustainability in their new stage of life. Colombian coffee, globally recognized for its quality and cultural value, became one of the main productive pillars of these cooperatives. The choice of coffee was not only an economic decision but also a way to connect former combatants with networks of fair trade, solidarity economy, and rural development, integrating them into sustainable value chains. This study observed and discussed the dynamics of coffee commercialization produced by the population undergoing socioeconomic reintegration in the city of Bogotá, through territorial, community-based, and collaborative approaches. Although the findings revealed the complexity of the reintegration process for former combatants, they also demonstrated that the work of the cooperatives has had positive impacts both on income generation and on the members' self-esteem. Additionally, the study aimed to contribute to the monitoring of the Peace Agreement's implementation, offering input for the debate on reintegration policies, rural development, and social justice, while also helping to strengthen the promotion of a culture of reconciliation, peace, and prosperity in the country.

Key words: Fair Trade; Peace-Building; Colombia; Rural Development; Post-Conflict

RESUMEN

Tras la firma del Acuerdo de Paz de 2016 entre el Gobierno colombiano y la antigua guerrilla de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP), se inició el proceso de Desarme, Desmovilización y Reincorporación (DDR), que involucró a más de 10.000 hombres y mujeres. Después de las fases de desarme y desmovilización, los excombatientes optaron por un modelo de reincorporación socioeconómica colectiva, organizándose en cooperativas productivas como una estrategia para garantizar la autonomía económica y la sostenibilidad en esta nueva etapa de sus vidas. El café colombiano, reconocido mundialmente por su calidad y valor cultural, se convirtió en uno de los principales ejes productivos de estas cooperativas. La elección del café no fue solamente una decisión económica, sino también una forma de conectar a los excombatientes con redes de comercio justo, economía solidaria y desarrollo rural, insertándolos en cadenas productivas sostenibles. El presente trabajo observó y discutió las dinámicas de comercialización del café producido por la población en proceso de reincorporación socioeconómica en la ciudad de Bogotá, a través de enfoques territoriales, comunitarios y colaborativos. Aunque los resultados evidenciaron la complejidad del proceso de reincorporación para los antiguos combatientes, también demostraron que la actuación de las cooperativas ha generado impactos positivos tanto en la generación de ingresos como en la autoestima de sus miembros. Paralelamente, el estudio buscó contribuir al seguimiento de la implementación del Acuerdo de Paz, ofreciendo insumos para el debate sobre políticas de reincorporación, desarrollo rural y justicia social, además de fortalecer la promoción de una cultura de reconciliación, paz y prosperidad en el país.

Palabras llave: Comercio Justo; Construcción de Paz; Desarrollo Rural; Post Conflicto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Café da Acopaz	36
Figura 2- Café Coffedencial	41
Figura 3- Café Jaguar	43
Figura 4- Casa Cultural La Roja	45
Figura 5- La Tienda de la Empatía	49
Figura 6- La Casa de la Paz	51

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização e problemática	2
2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	13
3. INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PESQUISA	28
3.1 Delineamento	28
3.2 Sujeito da Pesquisa.....	29
3.3 Contato virtual e presencial.....	30
4. VOZES DE PAZ	32
4.1 Reporte de Entrevista: Café Galilea	33
4.2 Reporte de Entrevista: Café Renacer	36
4.3 Reporte de Entrevista: Café Coffedencial.....	38
4.4 Reporte de Entrevista: Café Jaguar	41
4.5 Relato de campo: visita ao <i>Espacio Cultural La Roja</i>	43
4.6 Relato de campo: <i>La Tienda de la Empatía</i>	45
4.7 Relato de campo: Espacio Casa de la Paz:	49
5. ANÁLISE E DISCUSSÕES	52
5.1 Abordagem Territorial	53
5.2 Abordagem comunitária.....	57
5.3 Abordagem colaborativa	60
5.4 Presença de indicadores territoriais, colaborativas e comunitárias	63
5.5 Associações, cooperativas e parcerias com as comunidades locais/receptoras	63
5.6 Capacitação e formação: educação e treinamento e desenvolvimento de habilidades sociais.....	66
5.7 Promoção de normas de reciprocidade: projetos comunitários e responsabilidade social	68
5.8 Participação e conexão com mercados locais, regionais e internacionais: certificações e selos de qualidade e marketing social	68
5.9 Uso de tecnologias e redes sociais: plataformas online e consumidores virtuais ..	71
6. CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA	73
7. CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS	82

1. INTRODUÇÃO

A reincorporação socioeconômica dos antigos combatentes das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo* (FARCP-EP) é um dos pilares fundamentais da construção de paz na Colômbia. Dentro do conjunto de ações previstas no processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), a dimensão socioeconômica ocupa um lugar central, pois se relaciona diretamente com a possibilidade de construir um novo projeto de vida, viável, digno e autônomo após a insurgência armada.

Nessa ordem de ideias, o cooperativismo tem emergido como uma estratégia inédita e crucial para promover formas coletivas e solidárias de organização econômica entre os antigos combatentes. Mais do que uma simples ferramenta de geração de renda, as cooperativas têm oferecido uma alternativa de desenvolvimento produtivo baseado na diversidade geográfica dos territórios, promovendo valores de autogestão, solidariedade, participação democrática e inclusão social. Para os antigos integrantes das FARCP-EP, muitos dos quais passaram décadas vivendo em coletividade, esse modelo organizacional representa também uma continuidade simbólica com suas formas anteriores de convivência, agora reconfiguradas em um contexto de legalidade e reconstrução social.

Além disso, o cooperativismo tem adquirido um papel estratégico em regiões historicamente afetadas pela violência fundiária, pela ausência do Estado colombiano e pela exclusão social. Ao articular produção, território e identidade coletiva, as cooperativas contribuem para fortalecer o tecido social local, combater o estigma contra os antigos combatentes e ampliar as possibilidades de uma paz territorial e inclusiva. Ainda assim, sua consolidação enfrenta diversos obstáculos, como limitações de financiamento, dificuldades de acesso a mercados, insegurança e carência de políticas públicas articuladas.

Diante disso, o presente trabalho de conclusão de curso propõe-se a analisar, observar e discutir o valor do cooperativismo como ferramenta de reincorporação socioeconômica dos antigos combatentes das FARCP-EP por meio da produção e comercialização de café, considerando os desafios e avanços observados na implementação do Acordo de Paz. Ao mesmo tempo, busca-se refletir sobre a importância de produzir conhecimento acadêmico que permita mapear as experiências locais de reincorporação,

reconciliação e construção de paz, identificar boas práticas e oferecer insumos para políticas públicas mais eficazes e sensíveis às realidades dos territórios em processo de transição.

1.1. Contextualização e problemática

A comercialização do café produzido pelas cooperativas formadas por antigos combatentes em processo de reincorporação socioeconômica representa um desafio e uma oportunidade no contexto sociopolítico da implementação do Acordo de Paz de 2016 na Colômbia. Este trabalho busca analisar, por meio da observação participante e não participante, essa dinâmica em Bogotá, explorando como as abordagens territoriais, comunitárias e colaborativas influenciam essa cadeia produtiva e qual é a radiografia geral após oito anos da assinatura e conclusão das negociações de paz entre o Governo Colombiano e o corpo desmobilizado das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo* (FARC-EP).

Dito isso, é importante mencionar que as FARC-EP foi um grupo subversivo guerrilheiro de linha ideológica marxista que foi fundado em 1964, com o objetivo de lutar contra o Estado Colombiano e promover uma política de redistribuição de terras e de justiça social, inspirado pela Revolução Cubana (RICHANI, 2002). A sua luta começou em um contexto de profunda desigualdade agrária, onde vastas áreas do campo estavam concentradas nas mãos de poucos proprietários, enquanto a maioria da população rural vivia em condições de extrema pobreza. A partir dessa desigualdade, as FARC-EP se organizaram para combater o governo colombiano e os interesses das elites dominantes, utilizando métodos de confrontação armada da lógica de guerra de guerrilhas (PIZARRO LEÓNGOMEZ, 2013).

A partir da década de 1980, o conflito armado colombiano se intensificou, com as FARC-EP expandindo seu controle e influência sobre várias regiões rurais, enquanto o governo e as forças paramilitares respondiam com uma repressão cada vez mais violenta (SÁNCHEZ, 2000). A guerra gerou uma escalada de violência, que envolveu assassinatos, sequestros e milhões de colombianos deslocados forçadamente, afetando a população civil e a configuração geográfica e espacial dramaticamente (HERNÁNDEZ, 2011). O narcotráfico também passou a ter um papel central no financiamento dos grupos armados de todas as

ideologias e posições políticas, assim como ao próprio Estado colombiano, exacerbando ainda mais a violência no país.

As negociações de paz entre as FARC-EP e o governo colombiano tiveram lugar em diferentes momentos ao longo da história, mas foi somente em 2016 que se chegou a um acordo definitivo, mediado pela ONU e outros atores internacionais como Noruega, Venezuela, Cuba e o Chile. Esse acordo visava a desmobilização das FARC-EP, a sua transformação em um partido político legal, e a implementação de reformas para melhorar as condições de vida no campo, incluindo a reforma agrária, que foi um dos principais pontos de demanda do grupo. (KLEIN, 2012) Apesar das dificuldades e desafios que persistem pós-acordo, o processo de paz tem representado uma tentativa significativa de encerrar mais de 50 anos de conflito armado na Colômbia e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento da geografia nacional e da população em geral.

Após a assinatura do acordo de paz em 2016, um dos maiores desafios tem sido a reincorporação socioeconômica dos antigos combatentes das FARC-EP à sociedade colombiana. Embora o Acordo de Paz tenha garantido a desmobilização e desarmamento do grupo guerrilheiro e sua transformação em um partido político legal, a reintegração dos antigos guerrilheiros não tem sido um processo simples (VÁSQUEZ, 2018). Uma porcentagem significativa dos combatentes das FARC-EP vem de zonas rurais empobrecidas, e a falta de infraestrutura básica e acesso a serviços essenciais naquelas regiões foi um dos principais fatores que alimentaram o conflito em primeiro lugar (CENTRO DE MEMORIA HISTÓRICA, 2019).

O processo de reincorporação socioeconômica exige, portanto, não apenas a desmobilização militar, mas também a criação de condições adequadas para que os antigos combatentes possam recomeçar suas vidas de forma digna e produtiva. Isso tem envolvido a oferta de programas de educação, treinamento profissional, e apoio psicológico para ajudar e assistir à transição para a vida civil (GONZÁLEZ; PÉREZ, 2020). Além disso, é necessário e vital garantir o acesso à terra, créditos agrícolas e outras formas de apoio socioeconômico, especialmente nas áreas mais vulneráveis do país.

A necessidade de proporcionar condições básicas de vida, como moradia, acesso à saúde, segurança alimentar e emprego, tem sido crucial para que os antigos combatentes consigam desenvolver um novo projeto de vida fora do contexto da insurgência. A falta de

investimentos e a persistente violência em algumas regiões tem dificultado o processo de reincorporação socioeconômica (OCAMPO, 2016). Portanto, a reincorporação socioeconômica não tem se limitado a um processo de desarmamento e desmobilização, mas tem exigido uma transformação estrutural nas áreas afetadas pelo conflito armado. É essencial que as condições de vida no campo melhorem, para evitar que os antigos combatentes sejam novamente atraídos por grupos ilegais e reincidam na insurgência. Assim, a paz verdadeira na Colômbia depende não só do fim da violência armada, mas também da criação de uma sociedade mais justa e igualitária, capaz de oferecer a todos os seus cidadãos, incluindo os antigos combatentes, uma série de oportunidades integrais para o bem-estar e bom viver.

Assim pretende-se examinar e discutir sobre as dinâmicas de comercialização das cooperativas cafeeiras sob uma série de categorias de análise que visam contribuir ao entendimento das estratégias que estão incentivando e funcionando para a reincorporação à vida civil e para a criação de condições socioeconômicas mais favoráveis às comunidades rurais e urbanas receptoras. O trabalho coletivo na produção e comercialização do café não apenas gera sustento, mas fortalece valores como cooperação, harmonia e pacificação das relações sociais. Dessa forma, a comercialização desse produto se torna um instrumento concreto para consolidar os ideais de reconciliação e progresso compartilhado, essenciais para a construção de uma paz duradoura.

Dito isso, é crucial destacar que a presente pesquisa está se desenvolvendo num momento crítico da implementação do Acordo de Paz, devido a que segundo as cifras publicadas pela Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia (2024), desde a assinatura do Acordo até o 26 de março de 2024 tem assassinado 416 signatários (11 mulheres, 50 indígenas e 57 afro colombianos), há registradas 137 tentativas de homicídio (12 a mulheres) e tem 37 desaparecidos (todos homens).

Portanto, durante o período de desenvolvimento da pesquisa os objetivos e os métodos foram mudando com base nas condições de segurança do cenário político e social colombiano e as realidades sociais da população em processo de reincorporação socioeconômica. O receio por parte dos antigos combatentes e das agências de cooperação internacional e locais para dividir informações pessoais e avanços de projetos pessoais e coletivos demonstraram que as repercussões e represarias são cada vez mais frequentes e a

falta de garantias de segurança são evidentes (PNUD, 2023). A incerteza após oito anos da assinatura suscita uma série de análises que devem criar melhores condições de segurança, reincorporação socioeconômica integral e multidimensional e oportunidades de desenvolver estrategicamente os entornos produtivos do campo colombiano. Infelizmente as crescentes ondas de violência têm questionado o êxito das negociações e convidam a ler a situação do país de uma forma diferente para transitar a uma política de paz, respeito à vida e prosperidade (PNUD, 2017).

Dessa forma, é relevante mencionar que o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reincorporação (DDR) socioeconômica dos antigos combatentes das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo* (FARC-EP) promovido no Acordo de 2016 pretende estimular o retorno à legalidade de forma sustentável e integral, e desenvolver competências coletivamente entre as pessoas desmobilizadas e os entornos receptores. Ao mesmo tempo propõe facilitar espaços de reconciliação comunitária para fomentar a sinergia de ações de cooperação e acrescentar as iniciativas produtivas nas comunidades rurais buscando o melhoramento dos índices multidimensionais de bem-estar (PNUD, 2017).

Atualmente, de acordo com dados da Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia (2024), há um registro de 8.063 homens e 2.815 mulheres que, de forma voluntária, se organizaram em formas associativas e cooperativas para desenvolver empreendimentos produtivos ao nível nacional. Esses grupos têm buscado promover um modelo de economia social e solidária, no qual a agricultura é adotada como uma prática sustentável, respeitando o meio ambiente e se adaptando às especificidades de cada território. Esse modelo considera as particularidades históricas, geográficas e culturais das comunidades locais, fortalecendo sua integração no contexto rural colombiano (ECOMUN, 2020).

Nesse processo, os 24 *Espacios Territoriales de Capacitación y Reincorporación* (ETCR), espalhados pelo território nacional e criados no âmbito do Acordo Final de Paz de 2016, desempenharam um papel central na transição e reintegração socioeconômica dos antigos combatentes. Esses espaços foram concebidos para facilitar o acesso a serviços educacionais, formação para o trabalho e apoio psicossocial, além de fomentar a consolidação de cooperativas produtivas como estratégia de reincorporação coletiva e sustentável (COLÔMBIA, 2016).

Além de sua função imediata na reincorporação, os ETCRs estavam diretamente vinculados ao Capítulo 1 do Acordo de Paz, referente à Reforma Rural Integral, que estabelece o direito à terra como um elemento central para resolver as décadas de confrontação armada, a justiça social e o desenvolvimento rural. No entanto, a permanência dos antigos combatentes nesses espaços foi temporária, e, atualmente, a maioria já não reside nesses espaços, estando dispersos em diferentes territórios do país. A busca por segurança jurídica sobre a posse da terra e melhores condições para o desenvolvimento de seus projetos produtivos tem sido um dos principais desafios enfrentados por essa população na sua trajetória de reincorporação.

Se bem que os projetos produtivos impulsados pelas cooperativas respondem à demanda de uma ampla variedade de indústrias; o trabalho agrário, e principalmente o cultivo de café é uma das principais escolhas produtivas devido à bagagem técnica, logística e cultural do produto no contexto sociocultural colombiano (GONZÁLEZ; PÉREZ, 2020). O café virou uma alternativa produtiva interessante e segura para a população em processo de reincorporação socioeconômica devido à tradição e conhecimento coletivo deste cultivo na radiografia nacional colombiana.

A produção de café tem uma longa trajetória e tradição no mapa produtivo colombiano e é uma das principais fontes de renda da agricultura familiar/industrial do país. No entanto, a incursão dos antigos combatentes das FARC-EP nessa indústria apresenta desafios específicos, incluindo o acesso à posse de terra própria, o acesso aos mercados nacionais e internacionais, a competição em qualidade e preços, assim como a adoção de práticas para comercializar efetivamente os produtos (SÁNCHEZ, 2000).

Não é um segredo que a Colômbia conhece e domina especialmente a cultura do café, a competitividade e o potencial agrário da Colômbia são reconhecidos mundialmente principalmente pela geografia acidentada e equatorial, com diferentes pisos térmicos, que permitem uma ampla produção de produtos independentemente da temporada. Porém, é possível evidenciar dificuldades e desafios na hora da comercialização dos produtos. Uma geografia indômita e radicalmente diversa, altos níveis de corrupção, limitações históricas para o acesso e o trabalho da terra, deslocamento forçado, intermediários/atravessadores, falta e abandono de infraestrutura e vias terciárias são uns dos muitos fatores que interferem nessa problemática, e deixam ao produtor oferecendo seus produtos a preços baixos – quase de

graça, em comunidades próximas, pela dificuldade de encaminhar sua produção a mercados onde seu produto tem um maior nível de apreciação e melhores projeções de retribuição.

A marginalização e precarização da esfera rural está diretamente ligada às ondas de violência assimétrica que o país tem experimentado há mais de cinco décadas. A concentração extrema na posse e uso da terra é uma das principais motivações da luta insurgente (PNUD, 2023). Por isso o Acordo Final de Paz de 2016, além de abordar as questões essenciais para acabar o conflito armado e construir uma paz estável e duradoura para o melhoramento das condições de vida da população colombiana, reconhece oficialmente a complexa teia de processos sociais, econômicos, políticos e culturais que vinculam a questão agrária à violência; criando mecanismos de reparação histórica, promoção da verdade e estimulando o desenho de políticas públicas integrais.

Dessa forma, a presente pesquisa busca observar e comentar para amplificar as estratégias da comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica dentro de um contexto de construção de paz, e reconhecendo o momento histórico que atravessa a Colômbia pela desativação da confrontação armada com o grupo insurgente mais antigo do continente americano. Nessa lógica argumentativa, é importante mencionar que a expectativa de um acordo de paz com o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) alteram os elementos fundamentais da problemática agrária em sua relação com a violência na Colômbia e abrem uma janela de oportunidades para repensar estrategicamente as linhas de ação dos governos para trabalhar pelo desenvolvimento agrário, a integração territorial, *pari passu* reduzindo a lacuna de oportunidades entre a esfera rural e urbana.

Por outro lado, é relevante mencionar que a Colômbia tem uma longa história de guerras civis, tréguas, negociações de paz e processos de desarmamento, desmobilização e reincorporação de vários grupos à margem da lei dentro de todo o espectro político. Porém, o processo de reincorporação socioeconômica que está sendo implementado atualmente com os antigos combatentes das FARC-EP é inédito na Colômbia e no mundo, devido à sua abordagem principalmente coletiva, assim como territorial, comunitária e colaborativa. Diferentemente dos processos de reincorporação anteriores na Colômbia, onde as estratégias foram desenhadas para atender individualmente à pessoa, o secretariado das FARC-EP foi intransigente na negociação sobre a implementação de uma abordagem coletiva e comunitária. (COLÔMBIA, 2016).

No presente processo, a organização política desmobilizada das FARC-EP, desenhou um modelo colaborativo de acordo com sua visão ideológica horizontal e socialista em que a maior responsabilidade deve recair sobre a ação coletiva organizada e participativa dos grupos de antigos combatentes dispersos pela geografia nacional, que, ao interpretar a vocação produtiva e a visão de desenvolvimento local rural das comunidades onde habitam, devem apostar na formação de cooperativas como eixos de seus projetos produtivos (COLÔMBIA, 2016).

É importante mencionar que se bem inicialmente as cooperativas foram criadas exclusivamente pela e para a população em processo de reincorporação socioeconômica, atualmente existem exemplos ao longo da geografia nacional onde as comunidades rurais receptoras dos signatários do Acordo de Paz, têm se-juntado às iniciativas buscando melhorar seus ingressos e as oportunidades produtivas, exercendo um papel fundamental no processo de reconciliação e construção de vínculos comunitários solidários e de cooperação.

Transitar da focalização das experiências de reincorporação socioeconômica individuais para a consolidação de princípios do cooperativismo traz elementos fundamentais da economia solidária e permite inserir a sujeitos com historial na participação na insurgência armada de uma forma alternativa, sustentável e inovadora, além de buscar soluções às demandas históricas para reduzir a marginalização e precarização da esfera socioeconômica rural.

Assim, é possível propor uma transversalização com a abordagem de Paul Singer (2002) que é explícito no *ethos* do Acordo, o qual sugere que os participantes na atividade econômica devem cooperar entre si em vez de competir para reduzir os níveis de desigualdade e conseguir a reconciliação do trabalhador com os meios de produção. Explica que basicamente a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e a redistribuição horizontal dos lucros. Desse modo, é possível inferir que o Acordo sugere que a consolidação de um modelo de economia solidária permitiria continuar uma das motivações da luta insurgente fora da confrontação armada e canalizar as críticas ao sistema, participando e gerando alternativas ao paradigma produtivo tradicional e exploratório.

O Acordo de Paz entre o Governo e as FARC-EP dividiu as negociações nos seguintes capítulos: (1o capítulo) Reforma Agrária Integral, (2o capítulo) Participação

Política, (3o capítulo) Fim do Conflito, (4o capítulo) Solução ao Problema das Drogas Ilícitas, (5o capítulo) Vítimas, e, finalmente, (6o capítulo) Implementação e Verificação. O primeiro capítulo, nessa ordem de ideias, traz uma nova oportunidade para demandar uma resposta dessa dívida histórica do Estado colombiano com a cidadania e que se reconheça a relação da violência fundiária na confrontação armada e que, por tanto, se devolva às vítimas do deslocamento e desapropriação forçada o que perderam. A questão agrária é provavelmente o maior problema da Colômbia devido aos altos níveis de desigualdade na posse de terra, corrupção, intimidação armada e limitações institucionais para exercer governança numa geografia radicalmente diversa e acidentada. (PNUD, 2023)

Aquela dívida histórica do Estado foi uma das bandeiras da luta dos movimentos guerrilheiros da segunda metade do século XX e, na sua degradação, foi colocando milhares de camponeses no meio do fogo, obrigando-lhes a deixar suas terras para construir e habitar informalmente as periferias das grandes urbes colombianas em busca de refúgio. De acordo com os números do Cadastro Único de Vítimas da Colômbia, para setembro de 2023, foram registradas 9.555.446 milhões de vítimas no conflito armado, onde 8.515.242 milhões são deslocados forçosamente obrigados a deixar cerca de 6 milhões de hectares de terra que ficaram no meio do fogo cruzado, criando, por sua parte, o maior número de refugiados internos no mundo todo.

O problema da violência fundiária se insere na solução dos conflitos armados no país em duas vertentes: a da justiça distributiva, para sanar as injustiças que deram origem ao conflito, e a da justiça transicional, para reparar as vítimas e restituir os direitos usurpados em meio do conflito armado, e, inclusive, para dar acesso à terra aos desmobilizados na lógica de sua reincorporação socioeconômica. Dessa forma, as ações promovidas pelo Acordo abordam a construção de consensos e as estratégias de diálogo e incidência comunitária reconhecendo a interdependência do conflito agrário com a violência insurgente, assim como as dívidas históricas com o acesso a títulos de terra e a relevância de estimular redes de cooperação comunitárias de produção de alimentos, iniciativas de empreendimentos solidários e iniciativas de base que busquem estabilização socioeconômica, prosperidade e desenvolvimento multidimensional para os habitantes rurais.

Nesse sentido, é crucial mencionar que a pacificação do campo colombiano permitiria que as comunidades tenham a capacidade de aproveitar os solos de forma sana, equitativa, orgânica e comunitária, para que seja possível articular novas tecnologias na

abordagem das discussões de eficácia, eficiência, sustentabilidade e garantias de direitos do trabalho agrário no território colombiano. O sucesso dos esforços para construir uma paz estável e duradoura devem ser apoiados e acompanhados interdisciplinarmente para contribuir em diferentes frentes de estudo em recomendações e estratégias para gerir programas e projetos que fomentem melhores oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo dos cidadãos.

Desse modo, a presente pesquisa pretendeu uma metodologia de observação participante e não participante das experiências gerais da implementação do Acordo de Paz de 2016, por meio da visibilidade das práticas e as estratégias da comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica e na produção de informação cientificamente comprovável nas estratégias do desenvolvimento rural integral, interseccional e com justiça social da sociedade colombiana. Para tanto foram criadas categorias de análise à partir das abordagens instrutivas e pactuadas nas negociações do Acordo de Paz, são elas: abordagem territorial, colaborativa e comunitária, bem como uma série de possíveis indicadores de atendimento dessas linhas orientadoras do pacto, envolvendo a percepção de redes de confiança e colaboração, experiência de capacitação e formação, promoção de normas de reciprocidade, participação e conexão com mercados e uso de tecnologias e redes sociais. A partir dessas análises, este estudo se propôs a responder a seguinte questão: Quais são as dinâmicas e as estratégias utilizadas para a comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica em Bogotá, Colômbia? E se essas dinâmicas e estratégias correspondem às abordagens territoriais, colaborativas e comunitárias inicialmente pactuadas.

Dessa forma, a produção e comercialização de café, um dos produtos agrícolas mais importantes da Colômbia, torna-se, nesse contexto transicional de construção de paz, uma ferramenta potente de transformação social e econômica. Além de fortalecer a autonomia financeira dos antigos combatentes, as cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica que estão produzindo café pretendem atuar como um mecanismo de luta por o desenvolvimento de uma reforma agrária integral – primeiro ponto do Acordo, que é uma questão central na história da violência no país já que está veementemente ligada à posse da terra, deslocamento forçado e níveis de violência multidimensional rural.

Essas cooperativas não apenas têm como objetivo a promoção do desenvolvimento rural sustentável e integral, mas também pretendem promover uma cultura de reconciliação entre as populações que circulam as esferas rurais e que tem ficado no meio do fogo cruzado para incentivar a criação de espaços para dinamizar e promover projetos produtivos que permita incrementar sua qualidade de vida. As cooperativas não são apenas meios de subsistência para aqueles em processo de reincorporação, mas constituem uma estratégia de resistência — fora da insurgência e às vias de fato— à agressividade do capitalismo devido à composição coletivista que propõe o esquema cooperativista.

Ineditamente na Colômbia – que tem uma longa história no gerenciamento de políticas públicas para reinserir antigos combatentes de grupos à margem da lei de todo o espectro político. Desde guerrilheiros marxistas-leninistas até paramilitares e membros de bandas criminais. – E no mundo, a abordagem do processo de reincorporação dos antigos combatentes das FARC-EP tem sido principalmente coletivo buscando atender grupalmente a falta de experiência em termos produtivos, empresariais, de gestão logística e a estigmatização social. A visão territorial, comunitária e colaborativa também é fundamental já que propõe fazer uma radiografia da geografia nacional que permita entender a vocação produtiva, as características específicas e a composição cultural.

Portanto, ao tratar da reincorporação através da criação de cooperativas produtoras de café, estamos falando de uma forma de resistência coletiva que vai além da dimensão econômica. Trata-se de uma estratégia integral para enfrentar as raízes da violência, incentivar a reconciliação comunitária e coletiva por meio do fortalecimento do tecido social das regiões mais afetadas pelo conflito e, ao mesmo tempo, promover, como estipula o primeiro capítulo do Acordo de Paz, uma reforma agrária que é chave para uma paz duradoura e uma justiça social mais ampla na Colômbia.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi observar e discutir as dinâmicas e as estratégias da comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica em Bogotá, Colômbia, bem como sua adequação às abordagens territoriais, colaborativas e comunitárias inicialmente pactuadas.

Simultaneamente, como objetivos específicos acredita-se que foi crucial constatar e avaliar as práticas e estratégias da comercialização de café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica em Bogotá, Colômbia. Deduzir e

analisar as lições aprendidas da comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica em Bogotá, Colômbia. Socializar as práticas e lições aprendidas da comercialização nas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica. E, finalmente, construir sugestões para a promoção de práticas efetivas, eficazes e eficientes da comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica em Bogotá. É preciso destacar que o alcance desses objetivos passa pela percepção do atendimento das abordagens colaborativa, comunitária e territorial pactuadas no Acordo de Paz que demarca a guia conceitual desta pesquisa e as suas contribuições no análise do processo de reincorporação socioeconômica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Ao estruturar uma análise das dinâmicas e estratégias da comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica em Bogotá por meio da observação participante e não participante, tomou-se as três abordagens chave no desenvolvimento teórico e conceitual do processo de reincorporação socioeconômica dos antigos combatentes.

Tais abordagens e o próprio processo em questão envolvem não apenas a desmobilização militar, mas também a reconfiguração socioeconômica, em que a agricultura, especialmente a produção de café, se destaca como uma janela de oportunidades para sustentar a construção de novas identidades. Dessa forma, a comercialização do café se torna, assim, uma estratégia chave para o desenvolvimento econômico e a consolidação de uma paz estável e duradoura em territórios historicamente afetados pelo conflito armado. Portanto as abordagens pretendidas foram organizadas em categorias de análise assim como se segue:

Abordagem territorial: A abordagem territorial é fundamental para a compreensão de processos de reintegração social e econômica em contextos de pós-conflito, especialmente em áreas rurais marcadas pela violência prolongada, como ocorre na Colômbia. Muitos dos antigos combatentes permanecem ou retornam a essas regiões, que foram cenários do conflito armado, tornando imprescindível considerar as especificidades geográficas, culturais e sociais desses territórios para o desenho de políticas públicas eficazes e sustentáveis. Essa perspectiva reconhece o território não apenas como um espaço físico ou geográfico, mas como um espaço socialmente produzido, permeado por relações de poder, práticas culturais e memórias coletivas (LEFEBVRE, 2006).

Milton Santos (2002) enfatiza que o território é uma instância ativa, composta pelo espaço físico e pelas práticas sociais que o transformam continuamente: “o território é o chão mais a identidade, é o espaço usado”. Assim, compreender o território como locus de interações sociais, econômicas e simbólicas permite reconhecer as dinâmicas locais e respeitar os saberes tradicionais. Essa abordagem se alinha ao pensamento de Carlos Walter

Porto-Gonçalves (2004), para quem o território é também espaço de resistência, onde populações constroem sentidos de pertencimento e práticas alternativas de vida.

Em contextos rurais, como os ligados à produção de café, a territorialidade se expressa por meio do cultivo e do uso sustentável do solo, que fortalece laços identitários e reconfigura vínculos com a terra. A agricultura camponesa, conforme aponta Van der Ploeg (2008), está enraizada em sistemas territoriais específicos e contribui para a construção de paisagens, formas de vida e redes de solidariedade. Nesse sentido, a produção de café não apenas dinamiza a economia local, mas também atua como vetor de reconstrução simbólica do espaço vivido por comunidades afetadas pelo conflito.

Além disso, a noção de multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2004) amplia a compreensão dos sujeitos que, mesmo deslocados ou desmobilizados, mantêm múltiplos vínculos com diferentes territórios — geográficos, afetivos e produtivos. Arturo Escobar (2010) reforça essa leitura ao afirmar que os territórios devem ser pensados como espaços de vida e de resistência cultural, e não meramente como unidades administrativas ou funcionais. Dessa forma, adotar uma abordagem territorial possibilita desenhar políticas públicas mais sensíveis às realidades locais e mais efetivas na consolidação da paz e na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Abordagem Comunitária: A abordagem comunitária representa um eixo central no processo de reincorporação de ex-combatentes, uma vez que essa transição não é apenas individual, mas profundamente coletiva. Os antigos combatentes frequentemente se organizam em cooperativas, associações e redes comunitárias, buscando estratégias solidárias para enfrentar os desafios da produção agrícola, da comercialização de seus produtos e da reconstrução de laços sociais. Nesse sentido, a organização coletiva atua como um mecanismo de proteção e empoderamento, possibilitando o fortalecimento da confiança mútua e a superação de vulnerabilidades econômicas, sociais e simbólicas.

Para Paulo Freire (1987), a prática comunitária, baseada no diálogo e na escuta ativa, é fundamental para a construção de uma consciência crítica e para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos. O autor propõe que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão” – o que pode ser compreendido também como a base filosófica do trabalho cooperativo e da reintegração comunitária.

A cooperativa, nesse contexto, pode ser entendida como um espaço de educação popular e de resistência, em que os sujeitos exercitam a tomada coletiva de decisões, partilham saberes e constroem alternativas econômicas baseadas na reciprocidade.

Robert Putnam (1996), ao tratar do conceito de capital social, argumenta que a coesão social é fortalecida quando as comunidades se organizam por meio de redes de confiança, normas de reciprocidade e ações coletivas. Em seu estudo clássico sobre a Itália, Putnam demonstra que regiões com maior capital social apresentavam instituições mais eficazes, níveis mais elevados de bem-estar e maior participação cívica — aspectos diretamente aplicáveis ao fortalecimento das cooperativas de ex-combatentes como vetores de desenvolvimento multidimensional.

Além disso, a ação coletiva proporciona não apenas ganhos materiais, mas também simbólicos, pois contribui para a reconstrução da autoestima, para a superação do estigma vinculado ao passado insurgente e para a promoção da reconciliação comunitária. Conforme Emir Sader (2005), “a solidariedade não é apenas uma alternativa econômica, mas uma pedagogia de convivência”, revelando a importância do trabalho coletivo como caminho para a inclusão e para a reconstrução do tecido social. Assim, a abordagem comunitária permite enxergar a reincorporação não como simples inserção no mercado, mas como um processo político-pedagógico de reinvenção coletiva da vida.

Abordagem colaborativa: O sucesso na comercialização do café produzido por ex-combatentes requer uma abordagem colaborativa que articule múltiplos atores sociais e institucionais. Cooperativas, compradores, organizações não governamentais, agências de cooperação internacional e governos locais precisam atuar de forma integrada para viabilizar o acesso a mercados diferenciados, treinamentos técnicos, certificações de qualidade e mecanismos de financiamento solidário. Essa rede de cooperação contribui não apenas para a sustentabilidade econômica da atividade, mas também para a construção de relações de confiança entre produtores e consumidores. Como observa Michael Porter (2011), o desenvolvimento de parcerias entre empresas, governos e sociedade civil — o que ele chama de *criação de valor compartilhado* — pode gerar vantagens competitivas sustentáveis ao alinhar objetivos econômicos com impacto social positivo.

A articulação de múltiplos atores em torno de um objetivo comum exige governança colaborativa, em que o poder decisório é distribuído e o conhecimento é compartilhado.

Elinor Ostrom (1990) destaca que arranjos institucionais baseados na autogestão e na ação coletiva tendem a ser mais eficazes na administração de recursos comuns, especialmente quando há regras claras, confiança mútua e mecanismos de resolução de conflitos. No contexto do café, essas condições se materializam quando cooperativas trabalham em rede com instituições públicas e privadas, promovendo um modelo de economia solidária e de comércio justo.

Além dos aspectos técnicos e organizacionais, é fundamental considerar o papel das narrativas na consolidação dessas cadeias produtivas. A produção de café por ex-combatentes carrega um simbolismo potente, pois representa resiliência, reconstrução e paz. Nesse sentido, Manuel Castells (2009) enfatiza que as redes sociais e econômicas não operam apenas por fluxos materiais, mas também por valores e significados compartilhados. A colaboração entre produtores e consumidores permite a criação de uma identidade simbólica em torno do produto, reforçando seu valor agregado no mercado e contribuindo para a superação do estigma social. Portanto, a comercialização do café como símbolo de reconciliação e transformação territorial só se torna possível mediante a articulação estratégica de parcerias institucionais e comunitárias, que operam simultaneamente nos planos econômico, simbólico e político.

Para criar e identificar elementos marcadores das três abordagens na comercialização do café produzido pelos antigos combatentes das FARC-EP, é necessário trabalhar em torno da percepção e discussão da criação de redes de confiança, normas e códigos de reciprocidade e também estruturas de cooperação que conectam às comunidades às dinâmicas do mercado formal. Para tanto criou-se uma série de possíveis indicadores para classificar as ações e cenários encontrados. Esses indicadores pretendem identificar e interpretar marcadores de existência, características específicas ou elementos semelhantes que constituem o debate em torno das categorias de análise (Quadro 1).

Quadro 1- Indicadores, colaborativos e territoriais comunitários

<p>Associações, cooperativas e parcerias com as comunidades locais/receptoras</p>	<p>Percepção do fortalecimento das iniciativas promovidas pelos antigos combatentes para unir os esforços e os objetivos conjuntos. A estrutura cooperativa facilita a confiança mútua, promove a partilha de recursos e riscos, além de fortalecer a capacidade de negociação coletiva. Identificação de colaborações, parcerias e dinâmicas colaborativas com as comunidades vizinhas e atores externos para fortalecer os laços de confiança e legitimar a participação dos antigos combatentes no mercado, promovendo uma cultura de não estigmatização social.</p>
<p>Capacitação e formação: educação e treinamento e desenvolvimento de habilidades sociais</p>	<p>Captação da existência de programas, oficinas e espaços para o treinamento técnico em relação à produção sustentável de café, gestão empresarial e comercialização. Dessa forma, aumenta-se a capacidade de produção, melhora a qualidade do produto distribuído e fortalece a confiança interna na socialização de conhecimento e das habilidades. Percepção de oficinas e espaços para dialogar sobre negociação, liderança e construção de redes sociais. Essas habilidades ajudam os antigos combatentes a se conectarem com outros atores da cadeia de valor e a criar uma rede de apoio forte e sustentável.</p>

<p>Promoção de normas de reciprocidade: projetos comunitários e responsabilidade social</p>	<p>Identificação de projetos e espaços de infraestrutura comunitária financiados com parte dos lucros da comercialização do café, como escolas ou centros de saúde, criando uma cultura de reciprocidade e compromisso com o desenvolvimento coletivo. Visualização de linhas de produto – marcas – que enfatizem os valores da paz, sustentabilidade e reconstrução social, gerando um ciclo virtuoso de apoio entre consumidores e produtores.</p>
<p>Participação e conexão com mercados locais, regionais e internacionais: certificações e selos de qualidade e marketing social</p>	<p>Assimilação de existência de certificações de comércio justo, orgânicos ou Rainforest Alliance para atrair consumidores conscientes, que valorizam produtos socialmente responsáveis. Dessa forma, se busca fortalecer a imagem positiva dos antigos combatentes e o seu processo de reincorporação socioeconômica. Identificação de estratégias de marketing que conte a história dos antigos combatentes e o impacto positivo da sua reincorporação, conectando-se emocionalmente com os consumidores e criando uma base de clientes.</p>

<p>Uso de tecnologias e redes sociais: plataformas online e consumidores virtuais</p>	<p>Percepção da utilização de plataformas digitais para promover o café diretamente aos consumidores, eliminando intermediários e aumentando a margem de lucro. As redes sociais podem ser sim uma ferramenta importante e crucial para procurar engajamento dos consumidores e contar a história por trás do produto. Visualização de fóruns, espaços, feiras ou redes virtuais onde antigos combatentes, compradores, investidores e apoiadores possam interagir diretamente, trocando informações e fortalecendo a confiança nas relações comerciais.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Dessa forma e pela sua parte, a comercialização dos produtos agrícolas, neste caso específico da indústria cafeeira, é uma área de pesquisa sumamente relevante no panorama econômico e social da Colômbia. A capital colombiana, Bogotá, situada a mais de 2.600 metros sobre o nível do mar serve como epicentro das grandes e importantes negociações comerciais e econômicas do país, por isso, esta pesquisa centra-se neste ponto focal buscando entender as dinâmicas de mercado e as estratégias implementadas na comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica. A presente revisão de literatura visa fornecer um ponto de partida para abranger os principais conceitos planteados na pesquisa e sustentar o corpo literário da mesma.

Ao envolver teoricamente as abordagens colaborativa e comunitária evidentes no Acordo de Paz, considera-se importante começar pelo conceito de “cooperativas”, já que elas desempenham um rol crucial e essencial no marco da economia solidária colombiana devido a que promovem elementos de autogestão e inclusão social. No contexto colombiano, as ações cooperativistas têm sido uma estratégia *bottom-up* em resposta à necessidade de transcender dos cenários da marginalização econômica e social, principalmente em regiões rurais distantes dos centros urbanos que geralmente são as mais afetadas pela confrontação armada.

As cooperativas são organizações autogeridas que promulgam uma estrutura democraticamente horizontal, onde os atores/membros são ao mesmo tempo proprietários e beneficiários. As cooperativas funcionam com base nos princípios da cooperação, solidariedade, participação igualitária e distribuição justa dos resultados. Dessa forma, o cooperativismo tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento integral e na promoção da justiça econômica em diferentes partes do mundo.

O movimento cooperativo tem seus inícios no século XIX, em Rochdale, Inglaterra, com os “Pioneiros de Rochdale” que estabeleceram os preceitos que até hoje guiam as cooperativas. Eles incluem: Autonomia e independência, cooperação entre cooperativas, adesão voluntária e aberta, controle democrático pelos membros, assim como a educação e formação dos seus integrantes. A governança democrática tem sua essência na premissa: “Um membro, um voto.” Desta forma busca-se incentivar a participação igualitária e promover uma estrutura horizontal que, diferente das empresas tradicionais, permite buscar a transparência das ações e responsabilizar o atuar dos membros.

As cooperativas são pilares tangíveis da economia solidária no contexto do pós-acordo na Colômbia, devido a que oferecem um modelo viável e sustentável para reincorporar socioeconomicamente aos antigos combatentes. Por meio de uma abordagem baseada na autogestão e na cooperação, aquelas organizações têm o potencial de transformar as economias locais rurais promovendo a reconciliação, a construção de paz integral e proteger o meio ambiente através de práticas amigáveis com o solo.

A literatura sobre cooperativismo é rica e diversa, devido aos trabalhos publicados que abordam uma ampla gama de aspectos teóricos e práticos. Autores como: Robert Owen, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, Hermann Schulze-Delitzsch, Charles Gide, Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger apresentam planteamientos que incluem os princípios e valores do cooperativismo, a governança democrática, os desafios e oportunidades, o impacto econômico e social assim como os contextos históricos e culturais.

Por sua parte, Singer (2006) determina em linha com as ideias anteriormente exemplificadas: “As cooperativas desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável. Elas permitem que os trabalhadores assumam o controle de seus meios de produção e criem comunidades mais resilientes e solidárias.” Da mesma forma, no ano de 2008, ele sustenta a relevância do cooperativismo no

livro – Para uma Economia de Solidariedade, “As cooperativas são uma resposta eficaz às desigualdades do mercado de trabalho tradicional. Elas oferecem uma alternativa para os trabalhadores se organizarem e criarem suas próprias oportunidades de emprego e renda, baseadas na cooperação e no apoio mútuo.” Também é importante mencionar o que já escrevia desde o ano de 1998 no livro – Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas; “Em um mundo cada vez mais globalizado, as cooperativas oferecem uma forma de resistência às pressões do mercado global. Elas promovem o desenvolvimento local sustentável e fortalecem as economias comunitárias.”

Singer é claramente um dos pensadores mais relevantes e influentes na América Latina e no mundo, devido a sua leitura multidimensional da realidade das sociedades em desenvolvimento que tem como característica comum a marginalização, exclusão e estigmatização de uma boa parte dos seus participantes. Assim, sua literatura apresenta uma forte fonte conceitual não só nesta pesquisa, mas na construção de uma América Latina mais justa, produtiva e próspera.

Por sua parte, o conceito de Economia Solidária desempenha-se como um eixo essencial do *ethos* do Acordo de Paz e como uma estratégia sustentável para a reincorporação socioeconômica dos antigos combatentes das FARC-EP. A economia solidária é uma forma de organização econômica que tem seu fundamento na cooperação, a autogestão e a solidariedade. Em contraposição ao modelo capitalista tradicional, este planejamento pretende o equilíbrio da geração de renda com o bem-estar social e ambiental. O Acordo de Paz de 2016 incluiu a economia solidária como um elemento fundamental para conseguir a reincorporação socioeconômica dos antigos combatentes *pari passu* o atingimento de ações integrais para o desenvolvimento rural e o empoderamento comunitário. As ideias de Paul Singer são visíveis nas intenções do Acordo devido às ações que buscam reduzir o desemprego, a exclusão social e econômica e a relevância que tem a autogestão e a cooperação em cenários que apresentam características estruturais de abandono estadual e violência multidimensional.

Desse modo, é também interessante trazer os pensamentos do teórico chileno Luis Razeto os quais apresentam a Economia Solidária como um modelo alternativo ao capitalismo neoliberal. Ele conceitualiza o Pluralismo Econômico, como um cenário onde a economia é vista como um sistema plural, onde diversas formas de organização (capitalista, estadual, solidária) podem ter a capacidade de coexistirem. Assim, também elabora sobre o

Desenvolvimento Humano como objetivo último da economia solidária enquanto inclui multidimensionalmente características econômicas, sociais, culturais e ambientais. Finalmente, a Solidariedade como ação e prática propõe-se ser substituída pelo individualismo para atingir a participação ativa dos membros e promover um ambiente rico e pacífico. O pensamento holístico da economia solidária que apresenta Razeto é relevante por integrar diversas dimensões onde se faz especial ênfase no desenvolvimento humano integral e a pluralidade e inclusão econômica de base.

Para fechar as contribuições em torno do conceito de Economia Solidária, é necessário falar do José Luis Coraggio, um dos mais aclamados teóricos na América Latina. Ele vê a Economia Solidária como uma estratégia crucial no desenvolvimento territorial capaz de promover o crescimento local de uma forma sustentável, afirma no livro *Economia Social e Solidária: Uma Perspectiva Internacional* (CORAGGIO, 2009, p.123): A “economia solidária busca reconstruir os laços sociais e promover uma lógica de cooperação e reciprocidade, em contraste com a competitividade e o individualismo exacerbado do capitalismo.” No contexto rural, ele elabora no livro *A Economia Social no Campo* (CORAGGIO, 2003, p.45), um conceito sobre economia solidária como “uma forma de resistência e uma estratégia de desenvolvimento para as comunidades rurais, proporcionando meios para que os trabalhadores do campo possam se organizar, agregar valor aos seus produtos e fortalecer suas economias locais.”

Adicionalmente, como é evidente na cita anterior, considera que a Economia Popular é uma ferramenta efetiva para promover o bem-estar coletivo. E é precisamente nas redes de apoio que a articulação popular dos atores interessados se torna nas ações primárias do movimento solidário que impactam positivamente os objetivos de melhoria das estratégias e formas de construção econômica dos coletivos. No livro – *Economia Popular e Solidária: Uma Abordagem Conceitual* (2013) Singer afirma que economia popular e solidária “é um caminho para a inclusão social e econômica dos setores mais vulneráveis da sociedade, permitindo que comunidades historicamente marginalizadas possam gerar renda e melhorar suas condições de vida através de práticas econômicas cooperativas e autogestionárias.”

As ideias dos principais autores que elaboram sobre Economia Solidária convergem em pontos fundamentais tais como a importância da autogestão, cooperação e solidariedade, assim como a necessidade de criar espaços democraticamente inclusivos e sustentáveis. No contexto colombiano e desta pesquisa, são relevantes devido à funcionalidade no interesse

coletivo de criar uma paz estável e duradoura, oferecendo um caminho justo para o desenvolvimento rural sustentável e a inclusão socioeconômica das pessoas independentemente da sua condição ou localização geográfica.

Para navegar as características da abordagem territorial e a sua constante justaposição com as abordagens comunitárias e colaborativas, o trabalho do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, permitiu apresentar um olhar diverso. A multiterritorialidade, conceito chave das suas teorias, reconhece e visibiliza que os sujeitos não pertencem a um único território, mas estão simultaneamente inseridos em diferentes espaços e redes. No cenário das cooperativas, essa multiterritorialidade se expressa na articulação entre o território produtivo local, com suas práticas agrícolas e vínculos comunitários promovendo a reconciliação e o trabalho coletivo, e outros territórios relacionados às políticas públicas, à economia solidária, ao mercado nacional e internacional de cafés especiais o distribuídos com uma narrativa de consumo responsável e ético, e até mesmo a circuitos simbólicos ligados à construção de consensos e paz. Como afirma Haesbaert (2004), “a territorialidade passa a ser vivida de maneira cada vez mais múltipla e fragmentada, sem deixar de ser densa em sentidos e vínculos sociais”.

Esse olhar permite compreender e elucidar que a comercialização do café não é apenas um processo econômico, mas também político e simbólico, no qual diferentes territorialidades estão em constante disputa. Haesbaert propõe pensar o território como uma instância relacional, fluida e construída socialmente, onde coexistem múltiplas lógicas de uso e apropriação. As cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica ocupam um lugar singular nesse cenário, pois suas práticas comerciais envolvem tanto a tentativa de inserção em mercados competitivos quanto a afirmação de projetos de vida coletiva e de construção de paz.

Agora bem, continuando na consolidação da presente revisão de literatura, considera-se fundamental abordar o conceito chave desta pesquisa, a Comercialização, por acreditar que seja elemento de congregação das três abordagens pactuadas no Acordo de Paz. Na lógica das cadeias de valor dos produtos agrícolas, neste caso, o valor do café representa um elemento crucial no processo de reincorporação socioeconômica de antigos combatentes das FARC em Bogotá devido que o êxito das cooperativas e a consolidação dos produtos comercializados tem a possibilidade de garantir a redução dos índices de violência e deserção. O exercício da

comercialização envolve uma série de etapas que devem desenvolver eficiência e eficácia no exercício de venda e distribuição.

Por sua parte, o Desarmamento, Desmobilização e Reincorporação (DDR) é um processo sociopolítico através do qual os membros de forças e grupos armados à margem da lei são apoiados para deporem as suas armas e fazerem a transição para a vida civil. Tradicionalmente, tanto na Colômbia como internacionalmente, o R em DDR significa reintegração. As FARC-EP, no entanto, insistiram em usar o termo reincorporação, em vez de reintegração, para diferenciá-la de exercícios anteriores – em particular o acordo de Ralito com os paramilitares de extrema direita.

Embora o processo de desarmamento e desmobilização com a antiga guerrilha das FARC-EP procedeu conforme aos tempos inicialmente pactuados, a reincorporação socioeconômica tem sido lenta e particularmente difícil. Isto é particularmente preocupante tendo em conta que país tem uma experiência significativa neste domínio: mais de 60.000 antigos combatentes de outros grupos foram reinseridos na vida civil antes do processo de paz com as FARC-EP (FONDO DE COOPERACIÓN Y DESARROLLO, 2020).

Historicamente o Estado colombiano desenhou e tem implementado uma rota individual de reincorporação, colocando ao indivíduo no centro do processo. O Secretariado das FARC-EP, no entanto, foi inflexível quanto a querer conduzir a reincorporação das suas bases de forma diferente. Em vez de transitar pela rota estabelecida em que o Estado colombiano confiou para a reinserção individual na vida civil, a organização queria desenvolver um modelo coletivo onde os grupos de antigos combatentes criassem cooperativas horizontais para explorar diferentes alternativas produtivas ao longo do país.

A lógica por detrás disto era simples: embora os anteriores processos de DDR tivessem demonstrado que a via individual tinha tido relativo sucesso em facilitar a reentrada de ex-combatentes na vida económica e comunitária lícita, desde a perspectiva do secretariado das FARC-EP, a individualização do processo era considerada uma forma de derrota contra a força estadual e uma dispersão do seu interesse em participar e incidir politicamente. (COLÔMBIA, 2016)

Por sua parte, a Reforma Rural Integral (RRI), acordada no primeiro capítulo do Acordo de Paz de 2016 para a Terminação do Conflito, pretende contribuir revertendo os efeitos do conflito armado no território, garantindo a não repetição e estabelecendo a

promoção de uma paz estável e duradoura. Essa Reforma busca gerar uma grande transformação da realidade rural, promovendo a integração das regiões nas estratégias de desenvolvimento, erradicando a pobreza rural e garantindo o pleno gozo dos direitos de cidadania nas zonas rurais. O objetivo central é alcançar o bem-estar dos habitantes rurais. Isso implica que o Estado faça esforços extraordinários durante o período de transição (OFICINA DEL ALTO COMISIONADO DE PAZ, 2018).

A RRI está assentada numa concepção de desenvolvimento rural num quadro institucional que promulga o benefício público, o investimento em bens públicos territoriais e o fortalecimento da agricultura familiar. A qualidade do desenvolvimento rural é o resultado da efetiva disponibilização no território de um conjunto de bens públicos e serviços sociais necessários para garantir as condições para o efetivo gozo dos direitos fundamentais dos habitantes rurais e a geração de oportunidades para o seu progresso e bem-estar multidimensional (OFICINA DEL ALTO COMISIONADO DE PAZ, 2018).

Apoiar a agricultura familiar é essencial para a construção de paz e desenvolver uma sólida economia rural. Entre os benefícios do apoio à agricultura familiar estão: a redução da pobreza monetária rural e a geração de crescimento econômico com equidade, a promoção de um desenvolvimento econômico de alta qualidade e ambientalmente sustentável, uma maior inclusão política e social e a contribuição para a produção de alimentos (OFICINA DEL ALTO COMISIONADO DE PAZ, 2018).

Um dos grandes desafios para apoiar a agricultura familiar é conseguir condições justas de comercialização. Para implementar integralmente a iniciativa: a terra, o crédito, a irrigação e a assistência técnica devem ser acompanhados de um esquema de comercialização que permita ao pequeno produtor obter rendimentos suficientes da sua actividade económica. Para isso, é necessário fortalecer os centros regionais de recolha, reduzir progressivamente as intermediações que não geram valor acrescentado, melhorar a organização dos produtores para a distribuição dos seus produtos e promover as compras públicas da produção agrícola familiar (OFICINA DEL ALTO COMISIONADO DE PAZ, 2018).

A Reforma Rural Integral exige um grande esforço de adaptação institucional e orçamental, no qual o Governo tem trabalhado, mas também exige que todos os colombianos participem e contribuam para o processo de construção da paz e justiça agrária. Esse seria o maior legado que se poderia deixar para as próximas gerações. Assim, é possível concluir que

a paz é um exercício transversal a todos os cidadãos, independentemente da localização geográfica, condição social ou posição política. É uma responsabilidade colectiva e uma dívida histórica do Estado para com a cidadania que merece intervenção consistente na lógica da construção de uma paz estável e duradoura.

Agora bem, paralelamente, o café é uma parte significativa da identidade econômica e cultural da Colômbia, e seu cultivo tem desempenhado um papel central na história e na formação da imagem internacional do país. O café colombiano é frequentemente associado à qualidade, sendo considerado um dos melhores do mundo. Esse reconhecimento contribui para a construção de capital simbólico, que segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu é a reputação, prestígio e valor simbólico associados a um determinado produto, marca ou país (FLACHLAND, 2003).

O café colombiano é amplamente reconhecido por seu sabor suave e equilibrado, qualidade que pode ser atribuída às condições edafoclimáticas ideais de suas regiões produtoras, como a Zona Cafetera, a Sierra Nevada de Santa Marta e o Departamento de Tolima. Essas características geográficas específicas estão diretamente relacionadas ao conceito de *terroir*, segundo o qual fatores ambientais, culturais e técnicos interagem para conferir identidade única a um produto agroalimentar (PONTE, 2002). A Colômbia, atenta a esse potencial de distinção, instituiu e promoveu a Denominação de Origem Protegida "Café de Colombia", instrumento que reforça a autenticidade, a reputação e a rastreabilidade do produto, além de contribuir para sua valorização nos mercados nacional e internacional (BARHAM, 2007).

De acordo com Bourdieu (1986), o capital simbólico se refere ao prestígio socialmente reconhecido que um agente ou produto pode possuir, estando profundamente conectado aos demais tipos de capital — econômico, social e cultural. No caso do café colombiano, o capital simbólico está fortemente presente em elementos como a reputação de qualidade, construída por meio de certificações, práticas sustentáveis e narrativas históricas (RAYNOLDS, 2004), bem como em seu papel na constituição da identidade nacional, atuando como símbolo da Colômbia no imaginário global (APPADURAI, 1996). Essa reputação permite que o país se destaque no mercado internacional por meio da diferenciação simbólica, transformando um bem agrícola em um elemento de distinção cultural e orgulho nacional (BOURDIEU, 1989; RENARD, 2005). ASSIM, o reconhecimento simbólico do

café colombiano gera valor econômico e social, ao mesmo tempo que contribui para a projeção positiva da imagem do país no exterior.

É importante notar que Bourdieu (1986) enfatiza que o capital simbólico não é inerentemente positivo e pode ser objeto de lutas e conflitos simbólicos. Além disso, o acesso ao capital simbólico muitas vezes está ligado a estruturas de poder e pode influenciar as relações sociais e econômicas. Portanto, ao aplicar a teoria de Bourdieu ao café na Colômbia, podemos entender que o café não é apenas um produto econômico, mas também um símbolo carregado de significados culturais e sociais que contribuem para a construção da identidade nacional e para as relações globais do país e, por tanto, fazendo uma transversalização com o objetivo da pesquisa, é um fator crucial nas estratégias implementadas para inserir e comercializar o café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica.

3. INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PESQUISA

3.1 Delineamento

A metodologia proposta é a observação, tanto participante quanto não participante, a qual é amplamente discutida em estudos antropológicos e sociológicos como uma ferramenta crucial para compreender e analisar dinâmicas sociais em profundidade. Segundo Geertz (1989), a observação participante permite capturar significações sociais e culturais em sua complexidade. Por sua parte, Spradley (1980) destaca que a observação participante permite ao pesquisador compreender não apenas as ações dos sujeitos, mas também os significados que eles atribuem a essas ações. No caso das cooperativas que estão comercializando café, essa abordagem possibilita captar a percepção dos produtores sobre sua reinserção no mercado e aprofundar sobre as suas identidades, experiências compartilhadas, limitações, desafios e avanços.

A observação não participante, por sua vez, permite ao pesquisador manter um olhar mais distanciado e analisar criticamente as interações entre os atores do mercado. Segundo Angrosino (2009), essa abordagem é útil para entender práticas institucionais e comerciais sem interferir diretamente no comportamento dos sujeitos observados. A abordagem agroecológica, comunitária, colaborativa e territorial considera não apenas os aspectos produtivos, mas também as dimensões sociais e econômicas da comercialização e paralelamente observa e reconhece o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reincorporação (DDR), a implementação do Acordo de Paz, assim como o contexto sociopolítico do país. Segundo Altieri (2012), a agroecologia deve ser analisada dentro de um contexto territorial, onde as redes de comercialização local e os modelos cooperativos desempenham um papel crucial na sustentabilidade do sistema. Além disso, Guzmán & Woodgate (2013) argumentam que a comercialização agroecológica deve estar alinhada com os princípios da economia solidária e da soberania alimentar, elementos essenciais no contexto das cooperativas de reincorporação socioeconômica.

Dessa forma, o universo empírico de estudo escolhido foi a capital colombiana de Bogotá, isso, devido à importância econômica e comercial da cidade nas dinâmicas e

oportunidades de compra e venda, e o acesso a possibilidades de exportação a outros mercados interessados no café das cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica. A cidade apresenta uma alta concentração de empresas e instituições financeiras que facilitam o acesso aos sistemas de crédito, investimento e assessorias financeiras. Além disso, a cidade conta com a infraestrutura de transporte mais desenvolvida do país, portanto aquelas redes apresentam a facilitação do fluxo de produtos e pessoas interessadas em investir ou comercializar nos projetos das cooperativas.

Tendo em conta a abordagem territorial, comunitária e colaborativa proposta no ethos do Acordo de Paz e também nesta pesquisa, a metodologia busca amplificar e visibilizar a experiência na consolidação da cooperativa e o seu exercício de comercialização do café. É importante destacar a importância do coletivo e a participação democrática no processo de reincorporação e na consolidação de uma forma associativa exitosa. Assim, após uma análise cartográfica da cidade, os pontos estratégicos e relevantes para a pesquisa foram localizados principalmente nos bairros de Teusaquillo e Usaquén.

Foram identificadas três lojas multimarcas de caráter físico que estão servindo como plataforma para comercializar não só o café, mas também outros produtos como: cerveja, artesanato, arte, comida e roupa produzidas por outras cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica. Essas lojas são: *Tienda de la Empatía*, *Centro Cultural La Roja* e *La Casa de la Paz*. As lojas estão tendo uma gestão coletiva por coletivos formados por antigos combatentes que compartilham uma intenção comum de comercializar produtos e gerar uma renda sólida para diferentes famílias e indivíduos.

3.2 Sujeito da Pesquisa

Os sujeitos de pesquisa são homens e mulheres em processo de reincorporação socioeconômica que continuam acreditando na possibilidade de construir um capítulo de paz nas suas vidas e contribuir no cenário nacional de reconciliação. Indivíduos que apesar da falta de garantias, estigmatização, violência e pobreza multidimensional não voltaram às filas da insurgência. A escolha dessa população como foco central desta pesquisa é justificada por diversos fatores que se justapõem com a relevância social, econômica e política dessa comunidade no cenário colombiano pós-acordo de paz.

A reincorporação socioeconômica é um dos pilares do Acordo de Paz e o sucesso desse processo está diretamente ligado à construção de uma paz estável e duradoura.

Conhecer e entender o funcionamento das cooperativas dos antigos combatentes e os seus desafios é fundamental para garantir estabilidade, desenvolvimento multidimensional e evitar a deserção que alimenta a força insurgente, as violências e a confrontação armada.

3.3 Contato virtual e presencial

A primeira ação feita para gerar a ponte de comunicação com os sujeitos alvo da pesquisa foi ingressar nas redes sociais de ECOMUN (Economías Sociales del Común) – cooperativa madre das cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica – e procurar as contas dos projetos cafeeiros que estavam vinculadas.

Por meio dos canais digitais de comunicação, apresentou-se a pesquisa e os seus objetivos buscando que os representantes aceitassem participar e compartilharam as suas experiências e perspectivas do processo de comercialização do café produzido pelos coletivos ao longo da geografia nacional colombiana. Adicionalmente, foram observados os canais digitais, a imagem visual, o conteúdo e a narrativa que estava sendo utilizada para apresentar o produto, conhecer a história por trás e ver as interações de outros usuários.

Adicionalmente, foi feita uma série de visitas presenciais às lojas multimarca para procurar pessoas e contatos interessados em participar da pesquisa. Assim, uma das reflexões principais foi o receio dos cooperativistas e funcionários das lojas para participar das conversações. Isso devido às ondas de violência e as represálias que tem enfrentado a população em processo de reincorporação socioeconômica. É importante ressaltar que por conta da estigmatização e a falta de garantias que vários antigos combatentes das FARC-EP têm experimentado pós-acordo de paz, depois do processo de contato eles aceitaram participar de forma virtual compartilhando suas experiências. Assim, o método implementado foi gravar, com sua permissão, a conversação para posteriormente transcrever e utilizar os dados pertinentes.

Porém, dentro dos espaços foi possível conversar e observar diferentes dinâmicas que aportaram significativamente nessa pesquisa. Desse modo, perguntou-se acerca das experiências e reflexões da comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica e buscou-se deixar fluir a conversação sem determinar e implementar um roteiro rígido que pudesse contrair ou desorientar ao participante entrevistado.

Adicionalmente, durante as visitas presenciais às lojas multimarcas, feiras e demais espaços fomentados para comercializar produtos se criaram uma série de anotações que eram visíveis ao pesquisador e por tanto, por meio da participação ativa e de observação, possibilitou-se a capacidade de construir uns comentários sobre a situação geral das estratégias de comercialização. Por sua parte, incentivou-se de maneira ativa fomentar a conversação informal de funcionários de lojas, ajudantes de feiras e demais pessoas envolvidas no desenvolvimento dos espaços que tem funcionado como plataformas para a comercialização do café.

4. VOZES DE PAZ

A construção da paz e a promoção de espaços voltados ao diálogo em territórios marcados por conflitos prolongados pode se materializar em diversas dimensões, sendo a econômica uma das mais desafiadoras e, ao mesmo tempo, transformadoras. No contexto colombiano, a reincorporação socioeconômica de antigos combatentes tem encontrado na cultura cafeeira e a comercialização dos produtos derivados do café uma possibilidade concreta de reconstrução de vidas, de vínculos sociais e de reconhecimento social. Este espaço busca dar centralidade às vozes daqueles e daquelas que, a partir do trabalho coletivo, vêm criando alternativas produtivas que dialogam com a justiça social, a soberania alimentar e os valores da economia solidária.

Através das conversações com funcionários, visitas presenciais aos espaços de paz na cidade de Bogotá e os exercícios de observação participante e não participante realizados com integrantes de cooperativas e iniciativas vinculadas ao processo de reincorporação, emergem relatos e percepções que revelam os sentidos atribuídos ao café para além do seu valor de mercado. O café, para muitos, representa memória, dignidade, oportunidades e esperança. Esses testemunhos não apenas ilustram os desafios enfrentados na comercialização, como também apontam os caminhos trilhados na construção de circuitos solidários, estratégias de autogestão e parcerias que fortalecem a economia popular e solidária.

As narrativas aqui apresentadas também evidenciam tensões e contradições: as dificuldades de acesso a mercados justos, as barreiras impostas pela burocracia estatal, e as disputas em torno do reconhecimento político e econômico das cooperativas formadas por pessoas em processo de reincorporação. Contudo, é justamente nesses atravessamentos que se delineiam estratégias de resistência e inovação, sustentadas pelo diálogo, pela articulação coletiva e pelo desejo de uma paz enraizada nos territórios.

A pesquisa qualitativa confere densidade humana ao processo científico e possibilita compreender a reincorporação socioeconômica por meio da comercialização do café e outros produtos como parte de um novo projeto de vida, de reconstrução de identidades e de participação ativa na transformação dos territórios. Ao escutá-las, buscamos não apenas interpretar, mas também reconhecer e fortalecer as práticas que alimentam, todos os dias, a paz construída de baixo para cima.

4.1 Reporte de Entrevista: Café Galilea

A entrevista foi realizada com um integrante da Associação Acopaz, organização fundada por pessoas em processo de reincorporação à vida civil, entre elas, cerca de 30 ex-integrantes das extintas FARC-EP, além de vítimas do conflito armado, populações indígenas e *campesinos*.

O Café Galilea surge como expressão produtiva e simbólica dessa organização, nomeando-se em homenagem à floresta protegida cuja defesa unificou o esforço de comunidades locais e de antigos combatentes. A principal vocação produtiva da organização é a cafeicultura, com foco em cafés tradicionais e especiais. Desde a assinatura do Acordo Final de Paz (COLÔMBIA, 2016), os membros da Acopaz buscaram dar continuidade aos ideais de desenvolvimento agrário promovidos durante o período de insurgência, agora por meio de empreendimentos cooperativos e produtivos.

A criação da marca de café visa integrar os reincorporados à economia local e nacional, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da agricultura camponesa. A marca Café Galilea foi concebida como estratégia de valorização do produto e de afirmação identitária. No entanto, os participantes que aceitaram conversar sobre as diferentes perspectivas apontam para a falta de conhecimentos técnicos e jurídicos no processo de consolidação da marca. Um dos principais obstáculos enfrentados foi a negativa do registro da marca junto à *Superintendência de Indústria e Comércio*, o que obrigou a organização a repensar sua identidade visual e nome. Essa situação foi identificada como uma "lição aprendida", revelando a importância da proteção legal da marca como etapa fundamental no processo de formalização.

As estratégias de comercialização envolvem principalmente a participação em feiras locais e nacionais (em Ibagué, Medellín, Bogotá), bem como a divulgação em redes sociais. O entrevistado destaca que esse esforço de promoção tem sido realizado com poucos recursos, enfrentando limitações estruturais e institucionais.

A presença explícita da condição de ex-combatentes na embalagem do produto gerou reações ambivalentes: em alguns contextos foi valorizada como gesto de paz e reconciliação; em outros, especialmente no exterior, resultou em rejeição, como no caso de uma negociação com representantes de Câmaras de Comércio dos Estados Unidos. Esse exemplo evidencia como a estigmatização dos ex-combatentes ainda impacta negativamente suas possibilidades de inserção econômica.

O processo de reincorporação é descrito como um desafio cotidiano, que implica reconstruir relações sociais, econômicas e políticas no meio da reprodução de estigmas. O entrevistado reconhece os danos causados pelo conflito, a complexidade das memórias e das feridas criadas, e enfatiza que há diferentes reações nos territórios onde atuam. Enquanto em algumas regiões a iniciativa foi acolhida positivamente, em outras houve resistência baseada na desconfiança e na percepção dos antigos combatentes como “vitimários”.

No entanto, em Tolima, a recepção local foi considerada favorável. Muitos membros da Acopaz são oriundos da região, o que facilitou a reintegração e a legitimação da organização. Foram mencionadas diversas iniciativas comunitárias promovidas pela Acopaz, como cozinhas para crianças, obras de infraestrutura e projetos de saúde, demonstrando o compromisso social da organização e seu papel no fortalecimento do tecido comunitário.

O entrevistado reconhece o papel relevante da Agência para a Reincorporação e a Normalização (ARN) como instituição de apoio, especialmente em termos de articulação com outras entidades e orientação institucional. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) também foi citado como parceiro em projetos voltados principalmente para a equidade de gênero. Apesar disso, os recursos e apoios foram considerados insuficientes frente às necessidades estruturais das iniciativas. Um ponto crítico enfatizado diz respeito ao acesso à terra. Segundo o relato, os projetos produtivos receberam recursos estatais (cerca de 8 milhões de pesos colombianos por pessoa), porém sem que houvesse, previamente, a garantia de acesso à terra. Muitos beneficiários utilizaram terras

alugadas ou de familiares, o que comprometeu a continuidade e viabilidade dos empreendimentos.

O entrevistado identifica essa falha como uma das razões centrais para o fracasso de muitos projetos de reincorporação em todo o país. Além disso, destacou-se a ausência de estudos de viabilidade técnica para os cultivos propostos, o que levou a investimentos mal planejados em produtos incompatíveis com as características agroecológicas do território. A crítica à ausência de um planejamento técnico prévio aparece de maneira recorrente, como fator que poderia ter aumentado significativamente a taxa de sucesso dos projetos.

O Café Galilea representa uma expressão concreta dos desafios e potenciais das iniciativas de reincorporação produtiva. Ao mesmo tempo que simboliza a resiliência e o desejo de transformação social de seus fundadores, também evidencia as lacunas na implementação do Acordo de Paz, especialmente no que se refere à reforma agrária e ao apoio técnico e institucional (Figura 1).

A iniciativa caminha para diversificação de produtos derivados do café, como vinhos, marmeladas e doces feitos a partir da polpa do fruto, com o intuito de agregar valor e aumentar a rentabilidade das famílias envolvidas. A entrevista mostra que, apesar dos obstáculos estruturais, estigmas sociais e falhas na política pública, há um compromisso persistente dos antigos combatentes em apostar na paz, na economia solidária e no desenvolvimento rural sustentável. A consolidação desses esforços depende diretamente do reconhecimento social e da efetiva implementação das promessas do Acordo de Paz.

Figura 1- Café da Acopaz

Fonte: Arquivo pessoal (Bogotá, 2024).

Em suma, as perspectivas reveladas na conversação evidenciam não apenas o diagnóstico geral, mas as potencialidades de transformação do setor. Assim, pretende-se amplificar as vozes que ainda acreditam na construção de paz e nas estratégias para construir espaços de reconciliação nas comunidades urbanas e rurais da Colômbia.

4.2 Reporte de Entrevista: Café Renacer

***Os nomes incluídos no seguinte fragmento têm sido modificados por conta da privacidade do interlocutor.**

O Café Renacer é uma marca criada por uma família ligada ao processo de

reincorporação, situada em Icononzo, Tolima. Segundo Jacinto*, filho de firmantes do Acordo de Paz, a marca representa um “renascimento pessoal e coletivo”:

“Se nos ocurrió la idea de Renacer... como el renacimiento de Icononzo... y también personal, de la propia familia.”

A inspiração visual do logo – uma xícara de café da qual emerge um fênix – reforça essa simbologia de recomeço e esperança. Diego destaca que sua mãe é firmante do Acordo e participa de uma associação de mulheres vinculada à federação. Ele próprio não é formalmente vinculado à cooperativa, mas o projeto familiar representa a continuidade do processo de reincorporação em nível comunitário e geracional. Atualmente, a produção do café é feita em terras de terceiros por meio de parcerias locais:

“Estamos trabajando con vecinos, con personas que tienen tierra. Pasamos los papeles para restitución de tierras y estamos esperando el proceso.”

A falta de terra própria ainda é um dos principais obstáculos para a autonomia produtiva. A comercialização do Café Renacer é feita de maneira independente, utilizando diversos canais: Venda direta em Bogotá:

“Mi papá es firmante, tiene un Jeep Willys y vende café... en un centro comercial y en algunas cafeterías.”

Feiras e espaços culturais:

“Se nos han presentado las oportunidades de llevarlo a ferias... también se vende en la sede del partido y en la Casa Cultural La Roja.”

Redes sociais e publicidade:

“Volantes, tarjetas, por Facebook, haciendo videos publicitarios...” A estratégia combina marketing digital, venda direta e rede de apoio familiar e comunitária.

Apesar de ser uma marca recente (menos de um ano no mercado), Jacinto destaca avanços no processo de formalização:

“Estamos gestionando el tema del Invima (ANVISA Colombiana) con Tritocafé... ellos también se encargan del tema de exportación.”

Os custos com certificações e o baixo capital inicial ainda são entraves:

“Empezamos con muy poco... El registro era caro... ahora estamos sacando las bolsas con un sticker, pero queremos tener bolsas impresas.”

A visão para os próximos sete anos inclui: Aquisição de terra própria em Icononzo; expansão da marca como plataforma para outros produtores e parcerias com o setor turístico:

“Apoyar a otros compañeros cafeteros... cobijarlos con la marca de nosotros.”

“Reconocer el lado turístico de Icononzo... tener cafeterías propias... mostrar nuestra marca y el territorio.”

A decisão de investir no café é tanto simbólica quanto prática:

“El café representa al colombiano... nos encanta en la casa... es un cultivo muy agradecido. El objetivo es dominar todo el ciclo productivo. Desde la mata hasta la taza.”

4. 3 Reporte de Entrevista: Café Coffedencial

Café Coffedencial é um projeto surgido em 2017 a partir do vínculo entre uma organização já existente (desde 2015) e assinantes do Acordo de Paz. O projeto desenvolve-se em torno da produção de cafés especiais, formação técnica, turismo rural e atividades culturais no território conhecido como "La Trinchera". Após a assinatura do Acordo de Paz, a organização se abriu ao processo de reincorporação por meio do cultivo de café de variedade fina e de um enfoque agroturístico. A trajetória se concentrou em formar jovens e adolescentes, replicando saberes técnicos e consolidando um domínio completo da cadeia produtiva:

“Yo fui, tuve la oportunidad de formarme en el area del café en el parque tecnológico... y pues ya dejamos ahí como quitar la humana para hacer un ejercicio profesional muy técnico.”

Atualmente, contam com uma pequena central de processamento e com estrutura turística em desenvolvimento (cabanas). A escolha do café foi estratégica, combinando raízes familiares e a relevância econômica do produto:

“El café es la bebida más consumida después del agua... somos cafeteros de quinta generación... ¿qué nos vamos a poner a improvisar con otro negocio que no conocemos?”

O entrevistado também destacou o potencial do café para gerar mobilidade social e reconciliação por meio da profissionalização dos filhos de produtores:

“Tenemos ese plus de tener un barista hijo de productor que se paga con propiedad...”

As principais dificuldades enfrentadas giram em torno da carência de tecnologia, conhecimento técnico e ferramentas de gestão:

“Hoy todavía seguimos llevando una contabilidad en un cuadernito... no hemos podido encontrar una aplicación donde podamos llevar el control diario.”

Outro ponto é a ausência de apoio institucional sistemático:

“Hay unos profesionales que facilitan cosas, pero ser productor de café es una profesión.”

O entrevistado apontou a educação como principal conquista:

“La educación nos damos cuenta que es un arma transformadora... hemos viajado, contando esa historia de transformación...”

A difusão de sua narrativa em espaços culturais e feiras tem gerado reconhecimento e oportunidades:

“Muchas cosas que han llegado por medio de esas narrativas, esos espacios culturales.”

Apesar das dificuldades, há consciência da necessidade de adaptação tecnológica:

“Yo no puedo decir en este momento que no quiero utilizar un dron porque no sé manejar un celular...”

A tecnologia é vista como aliada à dignidade do trabalho no campo.

Para o entrevistado, a paz só pode ser discutida quando há condições materiais mínimas:

“Yo no puedo hablar de paz si en este momento me estoy acostando con hambre...”

“...cómo se le facilita a los hijos de los campesinos ir a la universidad...”

A crítica à dependência de subsídios sem formação é clara:

“Nos están generando un paternalismo bárbaro...”

“Desde que no haya una educación, un acompañamiento, no hay nada.”

Figura 2- Café Coffedencial

Fonte: Arquivo pessoal (Bogotá, 2024).

Café Coffedencial (Figura 2) é um projeto que integra produção agrícola, reconciliação, educação e turismo, formando uma proposta de transformação territorial. A atuação na Federação Mesa Nacional del Café e os esforços de formação técnica consolidam sua relevância como modelo de economia social na construção da paz.

4.4 Reporte de Entrevista: Café Jaguar

Café Jaguar é um projeto individual de um firmante do Acordo de Paz de 2016, localizado no município de Viotá, Cundinamarca – território historicamente vinculado à introdução e difusão do cultivo do café na Colômbia. O projeto está afiliado à cooperativa Comunarte, formada por artistas e antigos combatentes. A produção do café Jaguar teve início há apenas oito meses, sendo descrito como um café especial com “saborcito a panela quemada” e uma pontuação de 86 nas provas de cata.

“Entonces me dio por poder producir un café a través de la, con el respaldo digamos de la cooperativa Comunarte que se llama Jaguar.”

O principal obstáculo apontado foi a comercialização e a ausência de apoio institucional. O projeto se desenvolve com recursos próprios, sem apoio direto da ARN ou de outras agências:

“Nosotros no teremos apoyo.”

Outro ponto crítico é a falta de acesso à terra, o que limita a escala de produção e a implementação de projetos já aprovados:

“Hay 500 millones para tal proyecto... ¿Y a dónde lo van a implementar? Ya está aprobado el proyecto. Ah, pero no tenemos tierra.”

Apesar das limitações, o entrevistado destaca a boa recepção do produto:

“La gente que lo ha probado, me ha comprado, me han dicho que es muy bueno, excelente el café.”

Além disso, o cuidado no processo de seleção é um diferencial:

“Vamos a vender café, pero bueno... pepita por pita, vamos seleccionando.”

O projeto ainda está nos estágios iniciais de divulgação. Há uma página web da cooperativa, mas as redes sociais ainda não são plenamente utilizadas por falta de conhecimento técnico:

“No sé manejar Instagram... somos muy miopes en ese sentido.”

A escolha da linha produtiva foi baseada na tradição local e na viabilidade de mercado:

“El café es un producto que tiene mucho comercio y mucha demanda.”

Ao ser questionado sobre os caminhos para uma paz duradoura, o entrevistado destaca dois elementos centrais: a necessidade de reformar a doutrina de segurança nacional e a urgência de resolver o problema histórico da concentração de terras:

“La doctrina de seguridad nacional está dirigida a ver que el enemigo está interno, que es su propio pueblo.”

“Hoy esa consigna sigue vigente, porque el problema de la tierra es más grande.”

Figura 3- Café Jaguar

Fonte: Arquivo pessoal (Bogotá, 2024).

Café Jaguar (Figura 3) representa um esforço de resistência e de afirmação econômica por meio de uma cadeia produtiva com forte enraizamento cultural. Apesar dos desafios institucionais, o projeto caminha para consolidar sua marca como referência em qualidade e compromisso com a construção da paz.

4.5 Relato de campo: visita ao *Espacio Cultural La Roja*

***Os nomes incluídos no seguinte fragmento têm sido modificados por conta da privacidade do interlocutor.**

Como parte do trabalho de campo realizado em Bogotá, foi realizada uma visita presencial ao *Espacio Cultural La Roja*, localizado no bairro Teusaquillo. Trata-se de um espaço sociocultural autogerido, vinculado a iniciativas de economia solidária e resistência cultural urbana, que abriga uma loja colaborativa dedicada à comercialização de produtos

oriundos de processos comunitários e populares, entre eles, os produzidos por antigos combatentes das FARC-EP em processo de reincorporação à vida civil.

O ambiente é cuidadosamente organizado, com uma curadoria que combina livros, artesanatos, alimentos agroecológicos e, especialmente, café. No centro do espaço, destacavam-se diversos pacotes com diferentes marcas de café cultivado por cooperativas formadas por ex-combatentes, como *Café Marquetalia*, *Proyecto Tercer Acuerdo* e *Café El Recuerdo*. A venda é realizada de forma direta, sem intermediários, como me explicou Carolina*, uma das funcionárias da loja:

“Aquí trabajamos directamente con las cooperativas, sin intermediarios. Cada producto que ves en esta mesa viene con una historia de lucha y transformación. No es solo café, es un proceso político y humano.”

A comercialização do café nesse espaço se articula com os princípios da economia solidária, entendida como uma alternativa ao modelo capitalista de produção e consumo, com foco em relações horizontais, autogestão e distribuição justa dos benefícios (GAIGER, 2004). Segundo Carolina, a loja não se limita a vender os produtos: também promove encontros com representantes das cooperativas e atividades culturais que reforçam o vínculo entre os consumidores urbanos e os territórios rurais da reincorporação.

Julián*, outro integrante da equipe, destacou os desafios enfrentados no processo:

“Nos cuesta competir con el mercado tradicional, porque nuestros productores no tienen las mismas condiciones, ni acceso a grandes cadenas. Pero apostamos a la economía solidaria y al consumo consciente. Cada cliente que compra aquí está apoyando directamente a las comunidades reincorporadas.”

Essas falas ilustram a aposta em práticas de consumo político (PORTILLO, 2019), nas quais o ato de comprar é também uma forma de posicionamento ético e político diante dos conflitos sociais e da desigualdade. O café, nesse contexto, torna-se mais do que um produto: é portador de narrativas, vínculos afetivos e memórias do conflito e da paz.

Além da comercialização, o espaço funciona como centro cultural, com eventos artísticos, exposições e rodas de conversa. Durante a visita, um grupo ensaiava uma peça teatral com temática política e, em uma das paredes, havia uma exposição fotográfica sobre

os processos de paz na Colômbia. Tal articulação entre cultura e economia aponta para uma abordagem integral da reincorporação, em que o trabalho produtivo caminha junto à reconstrução simbólica e social da cidadania.

Essa experiência empírica permite refletir sobre como iniciativas como o *Espacio Cultural La Roja* (Figura 4) operam como “territórios insurgentes de paz” (DURÁN, 2020), promovendo novas formas de relação entre campo e cidade, entre economia e memória, e entre consumo e compromisso com a justiça social.

Figura 4- Casa Cultural La Roja



Fonte: Arquivo pessoal, Bogotá, 2024

4.6 Relato de campo: *La Tienda de la Empatía*

***Os nomes incluídos no seguinte fragmento têm sido modificados por conta da privacidade do interlocutor.**

Durante o trabalho de campo em Bogotá, foi realizada uma visita à *Tienda de la Empatía*, localizada no bairro de Usaquén, uma zona de classe média-alta caracterizada por um intenso fluxo turístico e um perfil cosmopolita. Diferente de outros espaços de comercialização alternativa situados em bairros populares ou zonas centrais, a *Tienda de la*

Empatía aposta na aproximação entre mundos sociais muitas vezes distantes, promovendo o encontro entre consumidores urbanos e produtos de comunidades afetadas pelo conflito armado.

A loja se apresenta como um espaço de consumo consciente e reconciliação. Logo na entrada, uma placa chama atenção: *“Aquí no solo vendemos productos, cultivamos confianza”*. Entre os diversos produtos artesanais, alimentícios e cosméticos naturais, há uma seção destacada para cafés produzidos por ex-combatentes em processo de reincorporação. As marcas expostas incluem *Café Rebelde*, *CoopCafé Fariana* e *Café Tercer Acuerdo*, com embalagens modernas e informações detalhadas sobre origem, práticas agroecológicas e contexto sociopolítico.

Conversei com Ana María*, uma das coordenadoras do espaço, que explicou o conceito por trás da loja:

“La idea es generar empatía, por eso el nombre. Nos dimos cuenta de que muchos bogotanos no sabían que los antiguos combatientes estaban produciendo alimentos, ni que estaban comprometidos con la paz. Aquí queremos cambiar eso, mostrando que la reincorporación también pasa por el consumo.”

Segundo ela, o processo de curadoria dos produtos envolve critérios éticos e narrativos, priorizando organizações que trabalham com princípios de agroecologia, economia solidária e construção de paz. A *Tienda de la Empatía* atua como uma vitrine urbana para produtos que dificilmente chegariam ao mercado convencional, oferecendo visibilidade e valorização simbólica.

“Vendemos el café, sí. Pero también vendemos el relato que hay detrás. Cada cliente que se lleva una bolsa de café, se lleva también una historia de transformación”, destacou Ana María.

A loja realiza ainda eventos de degustação e rodas de conversa, com presença de produtores reincorporados. Durante minha visita, pude presenciar uma sessão de *“Café con historia”*, na qual Carlos*, integrante de uma cooperativa de antigos combatentes do departamento do Meta, compartilhou sua trajetória de vida e o processo de conversão de antigas zonas de guerra em territórios produtivos:

Ahora, sembramos café. Es una forma de reconciliarnos con la tierra y con nosotros mismos.”

A escolha do bairro de Usaquén não é casual. Trata-se de uma estratégia de inserção territorial que visa alcançar públicos urbanos com maior poder aquisitivo, capazes de reconhecer (e pagar por) o valor agregado simbólico e ético dos produtos. Nesse sentido, a *Tienda de la Empatía* articula-se com o conceito de consumo político, entendido como uma forma de ação social e expressão de solidariedade com causas coletivas (PORTILLO, 2019).

A experiência da loja evidencia a importância dos circuitos alternativos de comercialização na sustentabilidade dos projetos de reincorporação socioeconômica. Por meio de uma narrativa cuidadosamente construída e de uma estética acolhedora, o espaço convida os consumidores a participarem, ainda que indiretamente, da construção da paz.

Retornei ao *Espacio Cultural La Roja* no mês de abril de 2024. Dessa vez, minha atenção não se concentrou apenas na prateleira de cafés, mas em como o espaço articula economia, cultura e memória de forma indissociável. Presenciei o desenvolvimento de um evento no espaço.

A loja, mais do que um ponto de venda, se consolidou como um território simbólico urbano da paz — um espaço onde o passado conflitivo do país é reelaborado coletivamente por meio de práticas cotidianas de diálogo, comercialização e expressão artística. Em suas paredes, cartazes com frases como “*La paz también se cultiva*” e “*Consumir es decidir*” servem como convite ao engajamento ético no ato de comprar.

Conversei com Valeria*, uma jovem socióloga que integra a equipe de coordenação cultural do espaço. Ela compartilhou uma visão interessante sobre o papel do café no projeto:

“El café aquí no es mercancía neutra. Es una herramienta de pedagogía social. Cada marca que vendemos es parte de una historia más amplia: de un territorio que resistió, de un colectivo que decidió sembrar vida en vez de guerra.”

Durante o evento, os visitantes podiam provar diferentes cafés, cada um acompanhado de um pequeno cartão com informações sobre a origem, o processo de produção e uma citação de um ou uma produtora da cooperativa correspondente. Essa forma de apresentação

cria o que Valeria chamou de “*experiencia sensorial de la memoria*” — uma maneira de sensibilizar o público urbano por meio do paladar, da escuta e do afeto.

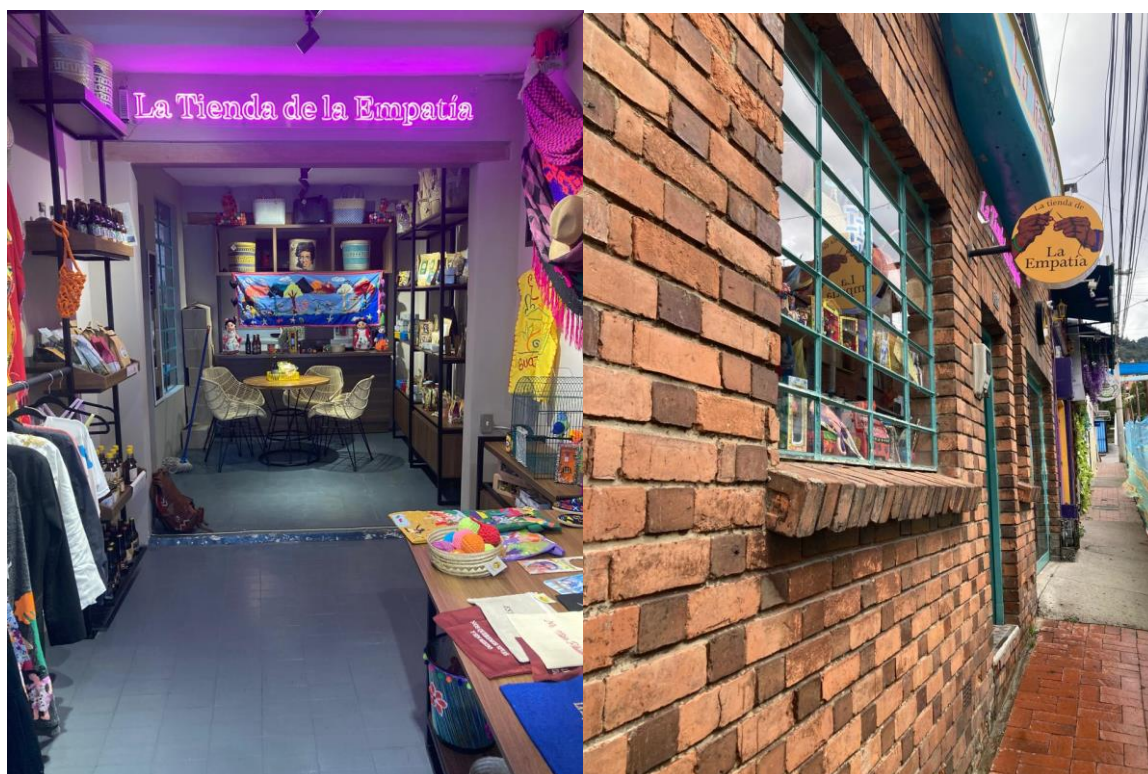
O evento foi finalizado com uma apresentação musical de um grupo formado por ex-combatentes e artistas comunitários. Enquanto as melodias ecoavam pelo pequeno salão, a loja se enchia de risos, conversas e trocas. Ali, compreendi de forma ainda mais clara que o *Espacio Cultural La Roja* não é apenas uma vitrine da economia solidária, mas um lugar onde se experimenta a paz em ato.

A prática da comercialização direta, sem intermediários, associada a eventos culturais e ações educativas, consolida a loja como um “nó” urbano na rede da reincorporação. Ela atua como uma ponte entre territórios rurais produtores e consumidores urbanos politicamente engajados. Como bem disse Valeria:

“Bogotá necesita conectarse con los territorios del acuerdo. Y creemos que este lugar, aunque pequeño, es una ventana a esos otros mundos posibles.”

Dessa forma, o *Espacio Cultural La Roja* (Figura 5) encarna a ideia de que a paz não se limita ao desarmamento físico, mas requer espaços cotidianos de convivência, reconhecimento mútuo e produção econômica justa. O café — com seu aroma denso e sua história profunda — é apenas o ponto de partida de uma conversa maior sobre justiça social e reconciliação.

Figura 5- La Tienda de la Empatía



Fonte: Arquivo pessoal (Bogotá, 2024).

4.7 Relato de campo: Espacio Casa de la Paz:

***Os nomes incluídos no seguinte fragmento têm sido modificados por conta da privacidade do interlocutor.**

Localizado a poucos quarteirões do *Espacio Cultural La Roja*, o *Espacio Casa de la Paz* surge como outra iniciativa urbana voltada à construção de pontes entre os processos de reincorporação e os circuitos de consumo consciente em Bogotá. Instalado em uma casa térrea adaptada, o espaço combina cafeteria, loja colaborativa e centro cultural. Ao cruzar a porta, o aroma de café recém-passado se mistura com varias mensagens de protesta social.

Logo à entrada, uma mesa apresenta diferentes marcas de café oriundas de cooperativas formadas por antigos combatentes, como Café Sombra de Paz, Renacer del Yará e Café La Esperanza. Ao lado de cada embalagem, pequenos cartazes apresentam as histórias por trás dos grãos: fotografias dos territórios de origem, testemunhos de produtores e mapas que ligam as zonas da reincorporação aos centros urbanos.

Conversei com Olivia*, uma das integrantes do coletivo que administra o espaço, formada em comunicação social e vinculada a processos populares desde o Acordo de Paz de 2016. Ela explicou a proposta do espaço em termos simples e potentes:

“Queremos que la paz se vuelva parte de lo cotidiano. Que no sea solo una palabra en los periódicos, sino algo que se toma con el desayuno. Y qué mejor que el café para eso.”

Essa estratégia de inserir o tema da paz no cotidiano urbano por meio do café é recorrente em diferentes experiências visitadas durante o trabalho de campo. No Espacio

Casa de la Paz, ela ganha força por meio da prática da cafeteria, onde o consumo ocorre no próprio local, permitindo a criação de vínculos diretos entre consumidores e os relatos de quem produz.

O espaço realiza, semanalmente, eventos como catas populares de café, círculos de leitura, cine-debates e encontros com produtores/as das regiões reincorporadas. Essas atividades reforçam a dimensão pedagógica do projeto, contribuindo para desnaturalizar o consumo e apresentar o café como um produto carregado de memória, resistência e esperança.

Durante minha visita, acompanhei um pequeno evento intitulado “Café con causa”, no qual dois integrantes da Cooperativa ECOMUN do Guaviare contaram sua trajetória de transição da luta armada para a produção agroecológica. Entre risos, café e emoção, um deles compartilhou:

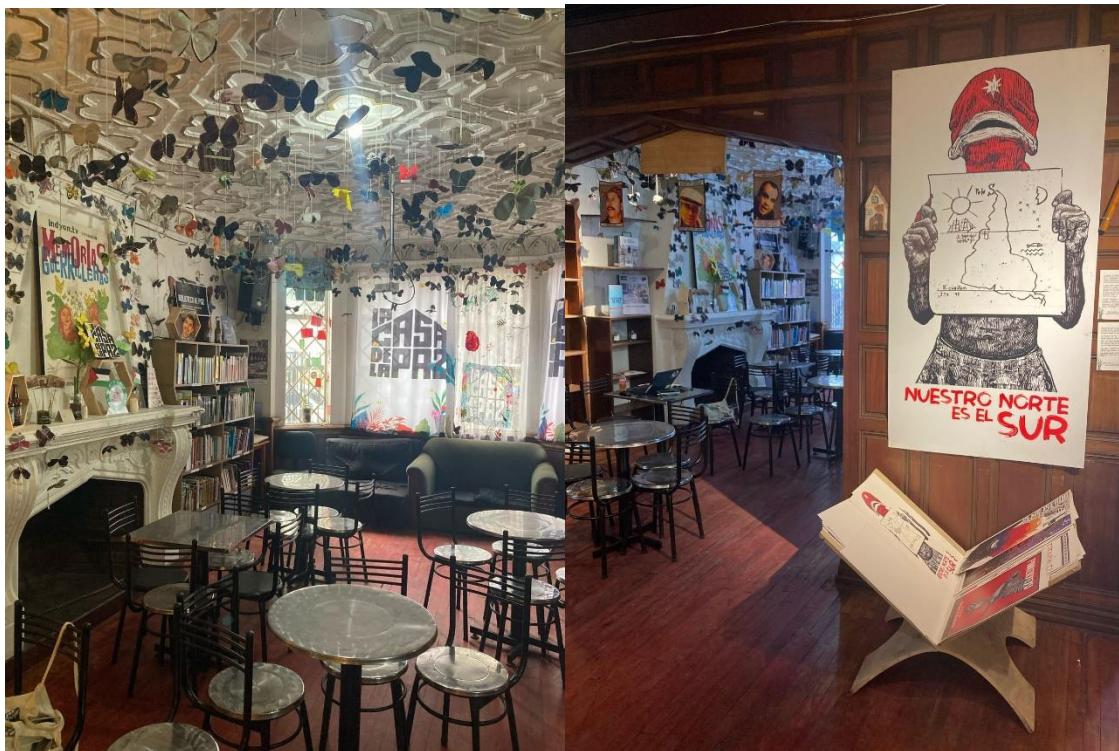
“Antes no sabíamos de comercio, ni de marcas, ni de clientes. Aprendimos todo eso después del Acuerdo. Ahora el café es nuestra forma de hacer revolución, pero sin armas.”

Esse testemunho evidencia a forma como o café, além de garantir sustento, torna-se um instrumento de dignidade, pertencimento e disputa simbólica por reconhecimento na sociedade colombiana. O *Espacio Casa de la Paz* (Figura 6), ao conectar produtores e consumidores em um ambiente horizontal e afetivo, torna-se ele próprio um espaço de reincorporação coletiva: não apenas de quem produziu, mas também de quem consome e decide se engajar

Em comparação com outros espaços, o *Espacio Casa de la Paz* tem uma estética mais discreta e intimista. Como sintetizou Olivia* ao final da conversa:

“Aquí no solo se toma café. Se conversa, se recuerda, se sueña. Y eso también es hacer paz.”

Figura 6- La Casa de la Paz



Fonte: Arquivo pessoal (Bogotá, 2024).

Dessa forma, é possível mencionar que a comercialização de café vai além da geração de renda, pois por meio da institucionalização e promoção de espaços para conversar, reconciliar e aproximar perspectivas após anos de insurgência e violência, a sociedade acaba ganhando mais lugares para navegar os sentimentos das feridas e a necessidade de estabelecer pontos de encontro e construção de consensos.

5. ANÁLISE E DISCUSSÕES

É importante mencionar que a presente pesquisa se desenvolveu num momento crítico da história sociopolítica do país. A implementação do pactuado na Havana pelo Governo da Colômbia e a antiga força subversiva das FARC-EP apresenta desafios substanciais que merecem uma análise profundo e a promoção de estratégias que permitam criar os espaços adequados para a implementação das intenções primárias para a construção de uma paz estável e duradoura.

Por uma parte, a coletividade em processo de reincorporação socioeconômica argumenta que o Estado colombiano não tem cumprido os compromissos pactuados no Acordo Final e que tem sido evidente a falta de garantias para os antigos combatentes que acabaram se acolhendo no processo de depoimento das armas e transição aos modos da vida civis.

O governo da Colômbia continua enfrentando as limitações históricas e estruturais que impedem uma governança adequada e exaustiva do seu território e das iniciativas locais. Devido à geografia indômita do país, as propostas que tentam intervierem as necessidades das populações periféricas não têm tido um atendimento integral que permita satisfazer realmente as problemáticas regionais. Além disso, as promessas para que a Reforma Agrária consiga responder às dívidas históricas da população rural, não têm tido o desenvolvimento esperado e tem criado uma atmosfera nos círculos da população em processo de reincorporação socioeconômica uma onda de inconformismo e sensação de soçobra.

Como o ditame parcial em relação à consolidação de iniciativas cooperativistas para construir a capacidade de criar uma fonte estável de financiamento no capítulo de vida e conseguir comercializar os produtos feitos pelas coletividades: a radiografia inicial é de um nível substancial de incumprimento. As coletividades não acreditam que as promessas tenham sido efetuadas, nem nos tempos estabelecidos, nem nos momentos inicialmente estipulados. Por isso, tem acontecido vários atos criminais e violentos no processo de reincorporação que tem demorado a execução dos planejamentos inicialmente pactuados.

A comercialização do café produzido pela população em processo de reincorporação socioeconômica está inserida em um processo mais complexo, o primeiro capítulo do Acordo de Paz de 2016, que trata da Reforma Rural Integral (RRI), é fundamental para entender os desafios da reincorporação econômica dos antigos combatentes e sua participação na produção e comercialização do café. Esse capítulo propõe a redistribuição de terras, o fortalecimento da produção agrícola e a geração de infraestrutura e crédito rural como pilares para a construção de uma paz sustentável. No entanto, sua implementação tem sido desigual e limitada, impactando diretamente as cooperativas dos antigos combatentes e a viabilidade de seus projetos produtivos.

Dessa forma e tendo em conta o previamente mencionado, para abordar os objetivos desta pesquisa, foi necessário se remeter às abordagens territoriais, comunitárias e colaborativas que fundamentam a essência do pactuado e permitem entender as dinâmicas contextuais onde os antigos combatentes conseguem comercializar os produtos das suas cooperativas.

5. 1 Abordagem Territorial

A abordagem territorial proposta no Acordo Final para a Construção de uma Paz Estável e Duradoura, assinado em 2016 entre o governo colombiano e as extintas FARC-EP, fundamenta-se na compreensão de que a violência armada e as desigualdades históricas no país estão profundamente enraizadas na concentração fundiária, na ausência do Estado nas periferias geográficas e na exclusão estrutural de amplos setores da população rural (CSIVI, 2017). Com base nesse diagnóstico, o Acordo de Paz promoveu a incorporação de uma perspectiva territorial multidimensional que busca promover uma intervenção diferenciada nos territórios mais afetados pelo conflito armado, considerando suas especificidades sociais, econômicas, culturais e históricas.

A implementação dessa abordagem visava promover transformações estruturais nos espaços rurais marcados por ciclos de violência assimétrica e abandono estatal. No entanto, passados mais de oito anos da assinatura do Acordo de Paz, os avanços em sua execução têm sido desiguais e marcados por diversos entraves, limitações e barreiras históricas e estruturais, assim como políticas. Tais dificuldades afetam diretamente as experiências de reincorporação socioeconômica dos antigos combatentes, sobretudo no que incumbe ao respeito à consolidação das iniciativas produtivas organizadas em cooperativas, as quais

requerem um ambiente institucional e territorial estável para se desenvolver de forma sustentável.

O primeiro ponto do Acordo de Paz – Reforma Rural Integral – estabelece um esquema de desenvolvimento rural centrado na democratização do acesso à terra, na formalização da propriedade e na dinamização das economias locais por meio da infraestrutura, vias terciárias, créditos rurais, assistência técnica e novos mercados. No entanto, a execução da reforma tem sido limitada, especialmente no relacionado à distribuição de terras aos antigos combatentes e às comunidades camponesas. Essa morosidade no pactuado compromete a sustentabilidade das cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica, que muitas vezes operam em terras arrendadas ou sem segurança jurídica, dificultando o acesso a investimentos, linhas de crédito e programas de profinalização das ações (FIP, 2022; GONZÁLEZ POSSO, 2020).

No caso das cooperativas cafeeiras formadas por pessoas em processo de reincorporação, como as que atuam no departamento do Tolima, a ausência de titulação fundiária e de infraestrutura básica impacta diretamente a viabilidade econômica de suas atividades. A precariedade das vias rurais, a escassez de meios de transporte apropriados e a falta de armazenamento e beneficiamento do café elevam significativamente os custos logísticos e limitam a capacidade de inserção em mercados regionais e internacionais. Isso evidencia uma desconexão entre os objetivos da abordagem territorial e as condições efetivas nos territórios.

Paralelamente, a persistência e reprodução das violências multidimensionais em diversas regiões rurais e urbanas da Colômbia compromete os esforços de construção da paz. Grupos armados ilegais, dissidências das FARC-EP, narcotraficantes e organizações criminosas disputam o controle de zonas estratégicas para o tráfico de drogas e de recursos naturais. Essa realidade representa uma ameaça direta à população civil e aos antigos combatentes engajados em iniciativas de economia legal e solidária, gerando episódios de deslocamento forçado, assassinatos seletivos e intimidação (INDEPAZ, 2024). A insegurança compromete não apenas a integridade física dos cooperados, mas também suas estratégias de comercialização, uma vez que estradas podem ser bloqueadas, insumos retidos ou violentados e mercados tornados inacessíveis.

Além dos fatores estruturais e de segurança, a estigmatização dos antigos combatentes continua sendo um obstáculo considerável à sua plena reintegração social e econômica. Muitos setores da sociedade ainda os percebem como “vitimários” ou como ameaças à ordem pública, o que dificulta parcerias comerciais, acesso a crédito e reconhecimento simbólico de seus produtos no mercado. No setor cafeeiro, essa estigmatização se traduz em desconfiança por parte dos consumidores e dos compradores institucionais, limitando o alcance e a valorização das marcas vinculadas ao processo de reincorporação (OFICINA DEL ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ, 2021).

Nesse contexto, a instabilidade territorial impacta diretamente a comercialização do café, afastando investidores, encarecendo os custos produtivos e restringindo o acesso a certificações de qualidade e de comércio justo, frequentemente exigidas em mercados especializados. A ausência de certificações limita o valor agregado do produto, dificultando a consolidação de cadeias comerciais mais robustas e equitativas. Somam-se a isso as dificuldades no uso de tecnologias digitais e estratégias de marketing, que poderiam ampliar a visibilidade e o alcance comercial das cooperativas.

A abordagem territorial do Acordo de Paz foi concebida como um instrumento inovador para integrar os antigos combatentes às dinâmicas produtivas formais, por meio do fortalecimento das economias solidárias e do desenvolvimento rural sustentável. No entanto, a observação empírica revela que essa promessa se reduz em desafios estruturais não superados no campo colombiano. As cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica enfrentam barreiras relacionadas à informalidade fundiária, à insegurança territorial, à baixa conectividade com mercados, à falta de assistência técnica contínua e à fragilidade das instituições locais.

A comercialização do café por essas cooperativas, portanto, não se resume a uma atividade econômica, mas representa uma estratégia multidimensional de desenvolvimento: econômico, ao gerar renda e trabalho digno; social, ao fomentar vínculos comunitários e reintegração; e simbólico, ao ressignificar identidades e trajetórias de vida ligadas ao conflito. Para que essa estratégia seja bem-sucedida, é crucial que o Estado colombiano avance de maneira decidida na implementação da Reforma Rural Integral, assegurando o acesso à terra, infraestrutura, crédito, assistência técnica e segurança jurídica.

Além disso, é imperativo o fortalecimento das redes de comercialização, nacionais e internacionais, que permitam maior visibilidade, autonomia e sustentabilidade às cooperativas da população em processo de reincorporação. Caso os linhamentos da abordagem territorial se consolidem de maneira efetiva, estas poderão não apenas ampliar a economia solidária nos territórios, mas também contribuir significativamente para a construção de uma paz duradoura, assentada em um desenvolvimento rural inclusivo, equitativo e ambientalmente sustentável.

Nesse cenário, o cooperativismo se apresenta como uma ferramenta transversal essencial à abordagem territorial do Acordo de Paz, pois incorpora princípios de autogestão, solidariedade e democratização econômica que dialogam diretamente com os objetivos de reconstrução do tecido social nas áreas afetadas pelo conflito armado. As cooperativas não são apenas estruturas produtivas, mas também formas organizativas capazes de promover a participação cidadã, a equidade de gênero e o controle comunitário sobre os meios de produção. Isso é especialmente relevante nas zonas onde o Estado historicamente tem sido ausente, e onde as cooperativas assumem funções que extrapolam o âmbito econômico, atuando como agentes de desenvolvimento local, construção de consensos, coesão e construção da paz (CARRILLO, 2019).

A transversalização do cooperativismo com a abordagem territorial permite, assim, reforçar a sustentabilidade dos processos de reincorporação ao articular os antigos combatentes com dinâmicas econômicas legítimas e enraizadas nos territórios. Além disso, favorece a construção de alianças com produtores locais, movimentos sociais e instituições públicas, fortalecendo as redes de cooperação e mitigando a estigmatização social. A organização cooperativa permite ainda maior resiliência frente à instabilidade, por meio da diversificação das fontes de renda, da partilha de riscos e da construção de capacidades coletivas para enfrentar desafios comuns.

Finalmente, os processos de comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica na Colômbia representa mais do que uma estratégia econômica: é uma prática territorial que expressa a reconstrução de vínculos sociais, políticos e produtivos no contexto do pós-conflito. A partir da noção de território como espaço vivido e disputado (HAESBAERT, 2004), essas experiências revelam como a reincorporação não se dá de forma abstrata, mas enraizada em territórios concretos que procuram reproduzir ações de paz e reconciliação, onde o café é cultivado como parte de

um novo projeto coletivo de vida, de pertencimento e de autonomia. Essa multiterritorialidade envolve o campo produtivo, mas também redes políticas, afetivas e simbólicas que vão do local ao global.

Sob essa perspectiva, a cooperação emerge como elemento fundamental tanto na organização da produção quanto na construção da paz. Segundo as diretrizes teóricas apresentados por Lefebvre (1999), é possível dizer que as práticas das cooperativas reproduzem um novo espaço social, no qual antigos combatentes reconfiguram suas relações com o território e com a sociedade civil depois da insurgência armada e a confrontação assimétrica. Paralelamente, Van der Ploeg (2008) aponta que formas camponesas de organização, como as cooperativas, criam territórios de resistência e inovação, nos quais o trabalho coletivo e o enraizamento territorial se tornam formas de emancipação. Ao ocupar e usar o território com base em outras racionalidades — como destaca Milton Santos (1996) —, essas iniciativas transformam o café em um mediador de paz, autonomia e reconstrução do tecido social. Assim, a comercialização solidária do café não apenas gera renda, mas contribui diretamente para a consolidação de territórios de paz e desenvolvimento rural sustentável.

5.2 Abordagem comunitária

A abordagem comunitária no marco do Acordo de Paz foi concebida como uma iniciativa que visa fortalecer os laços sociais, promover a integração entre os antigos combatentes e comunidades locais e receptoras, assim como a consolidação de estruturas produtivas coletivas. No entanto, a transição para a vida civil tem sido um processo desafiador, que igual aos outros análises, têm estado marcados por barreiras estruturais, preconceitos sociais e a fragilidade do apoio estatal numa geografia indômita e acidentada.

O processo de reincorporação socioeconômica dos antigos combatentes por meio de cooperativas produtivas exige e demanda confiança mútua entre os antigos combatentes e as comunidades receptoras. No entanto, em várias regiões do país, persiste um forte estigma social e político contra os antigos combatentes. A desconfiança das comunidades receptoras radica na percepção dos antigos combatentes como ameaças à segurança e a integridade coletiva. A falta de apoio político e a resistência de setores conservadores também dificultam o reconhecimento e a legitimidade dos projetos produtivos liderados por antigos combatentes.

Para combater e reduzir esses desafios e limitações, algumas cooperativas produtoras de café tem investido na construção de parcerias e alianças com agricultores locais nas comunidades receptoras, promovendo um modelo de economia solidária e demonstrando que a reincorporação não se trata exclusivamente da população em processo de reincorporação socioeconômica, mas sim, de um processo de transformação coletiva das comunidades rurais implementando estratégias de reconciliação e perdão social.

Após o processo de observação foi possível identificar os fatores e elementos que impulsionam a integração. Assim, a criação das cooperativas e as associações mistas, a participação de universidades, ONGs e organismos internacionais para fortalecer as estratégias técnicas em comercialização, e finalmente, a construção de projetos comunitários financiados pelas cooperativas, poderia melhorar a percepção e as capacidades de ação. Porém mesmo que existam as iniciativas, a consolidação dessas redes ainda enfrenta dificuldades, como falta de implementação de políticas públicas incentivando a economia solidária.

Dessa forma, o exercício de comercialização do café produzido pelas cooperativas dos antigos combatentes depende diretamente da capacidade de inserção no mercado. Embora essa inserção não ocorra de forma justa e equilibrada, foi possível determinar os principais desafios, sendo eles, segundo os parâmetros determinados na presente pesquisa, como as dificuldades para competir com grandes produtores e empresas já consolidadas no setor cafeeiro. A contínua dependência de intermediários e atravessadores que reduzem a margem de lucro, a falta de certificações e selos de qualidade e a falta de acesso a créditos e financiamentos que permitam modernizar e otimizar os passos de produção e comercialização.

Assim, várias cooperativas têm buscado alternativas comunitárias para superar essas barreiras, como a venda direta a consumidores por meio de plataformas digitais, a construção de redes de consumo solidário nas lojas multimarcas na cidade de Bogotá e a participação em feiras e eventos especializados.

Como foi mencionado anteriormente, a terra continua sendo um dos principais desafios para a implementação das intenções pactuadas no Acordo de Paz. Muitas cooperativas de antigos combatentes ainda não têm segurança jurídica sobre os territórios onde estão desenvolvendo suas iniciativas produtivas e isso continua gerando instabilidade e

incerteza. A falta de regularização fundiária que garanta a permanência dos antigos combatentes na terra trabalhada, o baixo investimento em infraestrutura rural continua dificultando a logística de comercialização e a integração produtiva. Além do previamente mencionado, é possível afirmar que a falta de segurança jurídica sobre a terra afeta não apenas aos antigos combatentes, mas também as comunidades camponesas, que historicamente sofrem com a concentração fundiária na Colômbia. Por isso, a abordagem comunitária do processo de reincorporação socioeconômica dos antigos combatentes deve ser integrada à luta pela democratização do acesso à terra e ao desenvolvimento rural sustentável.

Inspirado na pedagogia que propõe a libertação e a emancipação intelectual de Paulo Freire (2005), esse processo ultrapassa a lógica da mercantilização convencional e assume um caráter formativo e transformador, em que os sujeitos deixam de ser apenas produtores cafeeiros para se tornarem protagonistas do seu caminho, as escolhas da sua trajetória econômica, também como a sua autonomia política. Assim a comercialização, nesse contexto, é compreendida como uma prática educativa, em que o diálogo entre os membros da cooperativa fortalece a consciência crítica sobre o território, o mercado e a própria condição histórica de marginalização e resistência. Essa pedagogia da prática coletiva contribui para a construção de autonomia e de uma nova relação entre os sujeitos e seu fazer produtivo.

Dessa forma e a modo de conclusão da análise da abordagem comunitária como eixo estratégico fundamental de paz e da economia solidária pode-se determinar que o processo de reincorporação dos antigos combatentes não se trata apenas da integração socioeconômica da população, mas sim de um modelo mais amplo de reconstrução e reconciliação social. O fortalecimento e estruturação das cooperativas e da comercialização do café depende, em importante medida, da superação do estigma e construção da confiança entre antigos combatentes e comunidades locais. Adicionalmente, a criação de redes de cooperação mistas que consigam envolver a população camponesa, universidades, ONGs e organismos internacionais. Posteriormente, o acesso a mercados mais justos permite eliminar a função dos intermediários ou atravessadores o qual garante o acesso a certificações que valorizam o café como um produto de paz e reconciliação. Finalmente, o acesso a terra e infraestrutura permite promover um modelo de desenvolvimento rural mais sustentável, equilibrado e equitativo.

Se a abordagem comunitária for consolidada e fortalecida por meio da execução de políticas públicas integrais, ela poderia ter a capacidade de garantir não apenas a sustentabilidade das cooperativas de café, mas também de um modelo econômico alternativo baseado na solidariedade, no desenvolvimento local e na justiça social. Dessa forma, a comercialização do café produzido pela população em processo de reincorporação socioeconômica se torna não apenas um meio de subsistência, mas também um símbolo de reconstrução do campo colombiano após uma confrontação armada de mais de cinco décadas e permitindo conectar produtores e consumidores em uma rede de apoio à paz e ao desenvolvimento sustentável.

Paralelamente e de forma complementar, a perspectiva de Robert Putnam (1996) sobre o capital social permite elucidar como a confiança mútua, a cooperação e as redes de reciprocidade são cruciais e essenciais para o êxito da comercialização e reincorporação socioeconômica. As cooperativas estudadas operam com base em laços sociais que fortalecem o comprometimento coletivo e ampliam a capacidade de articulação com outros atores institucionais e comerciais. Na sua parte, Emir Sader (2009), ao refletir sobre os movimentos sociais na América Latina, destaca a importância das experiências organizativas autônomas como expressões de um projeto político de base popular. A comercialização do café produzido pelas cooperativas dos antigos combatentes, nesse sentido, não apenas garante renda, mas também consolida uma estratégia de afirmação de sujeitos historicamente excluídos, que constroem alternativas de vida por meio da cooperação e da organização comunitária. Trata-se, portanto, de uma prática que articula produção, resistência e construção de cidadania no território.

5.3 Abordagem colaborativa

A abordagem colaborativa no Acordo de Paz se baseia na construção de relações horizontais entre diferentes atores que pretendem promover a reincorporação dos antigos combatentes e fortalecer, paralelamente, às iniciativas de economia social e solidária. Nesse contexto específico de construção de paz e reconciliação nacional, a abordagem colaborativa busca conectar os antigos combatentes com instituições públicas, organizações da sociedade civil, setor privado e comunidades locais, criando assim um ecossistema de redes de apoio que permitam superar os desafios da reincorporação.

A abordagem colaborativa pressupõe uma forte participação do Estado na construção de políticas públicas que consigam garantir condições adequadas para a reincorporação socioeconômica dos antigos combatentes. Por sua parte, um dos principais desafios identificados a partir do exercício de observação participante e não participante é a falta de continuidade e comprometimento do governo com a implementação dos programas e iniciativas previstas no Acordo de Paz.

A burocracia e demora na entrega de incentivos econômicos prometidos pelo governo e a baixa articulação entre as diferentes instituições estatais têm dificultado o acesso a créditos, assistências contínuas e, principalmente, infraestrutura adequada para implementar os objetivos delimitados.

Assim, o fenômeno mais relevante nessa falta de continuidade são as mudanças políticas das diferentes administrações que têm afetado fortemente a eficácia e efetividade das iniciativas. A ausência de um compromisso sólido do Estado coloca as cooperativas em uma posição de vulnerabilidade, forçando-as a buscar apoio em outros setores, como ONGs e organismos de cooperação internacionais. Portanto, diante da fragilidade e das mudanças mencionadas, as organizações não governamentais e organismos internacionais e universidades têm desempenhado um papel fundamental na promoção das dinâmicas próprias das abordagens colaborativas.

Nessa ordem de ideias, é possível evidenciar fatores positivos da colaboração com a sociedade civil como a capacitação técnica e administrativa para a gestão do funcionamento das cooperativas, o apoio na obtenção de certificações e selos de qualidade e a participação em feiras, eventos e espaços de diálogo que conectam os antigos combatentes com potenciais compradores e investidores.

Porém, os projetos financiados por agências de cooperação internacional são temporários e não garantem sustentabilidade a longo prazo. A diversidade de agendas entre diferentes atores acaba gerando conflitos de interesse e podem dificultar a coordenação de esforços. Finalmente, a falta de um modelo unificado de colaboração e cooperação resulta em iniciativas fragmentadas e pouco articuladas entre si.

A inserção das cooperativas dos antigos combatentes na economia formal requer colaboração com empresas e redes comerciais que possam facilitar a comercialização do café produzido pela população em processo de reincorporação socioeconômica. O acesso a

mercados nacionais e internacionais permite ampliar as oportunidades de ação e vendas. Igualmente, as parcerias com grandes empresas capazes de distribuir e exportar café poderia desenvolver marcas mais fortes e potencializar a narrativa do marketing social. Dessa forma, é possível conectar o consumidor com o processo de paz e atingir espaços onde o comprador consciente pode participar e se envolver.

Paralelamente, existe uma realidade onde ainda tem atores e empresas que evitam se associar com aquelas marcas devido a conotação negativa que carregam na história colombiana. Adicionalmente, a lógica do mercado muitas vezes prioriza grandes produtores o qual dificulta a competitividade das cooperativas. Finalmente, ainda existem exigências rigorosas de certificação e padronização que podem ser difíceis de cumprir sem ter o acompanhamento e o investimento adequado.

Por sua parte, na lógica de colaboração com as comunidades locais e a construção de confiança, a abordagem colaborativa também se manifesta no relacionamento entre antigos combatentes e as comunidades camponesas receptoras. A aceitação do funcionamento das cooperativas nos mercados locais depende da construção de confiança e reciprocidade, por exemplo a criação de projetos produtivos mistos, as parcerias que acabam partilhando infraestrutura agrícola e o desenvolvimento de projetos sociais financiados pelas cooperativas.

Porém, apesar dos esforços e das formas de colaboração com as comunidades, foi possível determinar a partir do exercício de observação participante e não participante que ainda existe persistência do estigma negativo e da desconfiança por parte de algumas comunidades que sofreram com o conflito. Adicionalmente, as disputas por recursos e territórios, especialmente em áreas onde o acesso a terra é limitado e a falta de mediação e programas de reconciliação ainda não conseguem facilitar a construção de relações de cooperação e colaboração.

Sobra mencionar que a colaboração com as comunidades locais é essencial para consolidar a reincorporação e fortalecer a economia solidária, porém para atingir esse objetivo é obrigatório trabalhar continuamente no diálogo e na construção de confiança. Por isso, a abordagem colaborativa é fundamental para a consolidação das cooperativas dos antigos combatentes e a comercialização do café, pois permite a criação de redes de apoio que podem fortalecer a economia solidária e promovem a sustentabilidade do processo de

reincorporação. Nessa lógica argumentativa, é fundamental destacar o quão importante é o compromisso do Estado que permita garantir a continuação dos elementos que constroem o ecossistema de colaboração e cooperação. Se bem estruturada, a abordagem colaborativa não apenas facilita a reincorporação dos antigos combatentes, mas também fortalece modelos econômicos alternativos baseados na solidariedade, no desenvolvimento sustentável e na justiça social. Assim, busca-se que a comercialização do café se torne mais do que uma atividade econômica e, por sua parte, num símbolo da construção coletiva de paz, da inclusão produtiva e da resiliência das comunidades rurais da Colômbia.

Finalmente, por meio da perspectiva de Michael Porter (2011), a lógica do valor compartilhado permite compreender que o desenvolvimento econômico e social não estão em oposição, mas podem ser construídos de forma integrada quando atores locais colaboram para gerar soluções que beneficiem tanto a produtividade quanto o bem-estar da comunidade. Nesse sentido, as cooperativas atuam como núcleos de inovação social no território, ao reconfigurar a comercialização do café como uma prática que agrega valor não apenas ao produto, mas também às relações sociais e à imagem coletiva ligada à paz e à sustentabilidade. Na sua parte e transversalizando com a visão do Manuel Castells (1999), é possível destacar que, na sociedade em rede, a capacidade de articulação em redes locais e globais é essencial para a geração de valor e reconhecimento. As redes formadas pelas cooperativas — com parceiros institucionais, consumidores conscientes e circuitos solidários — fortalecem a viabilidade econômica da comercialização e, ao mesmo tempo, reconfiguram os territórios da paz por meio da colaboração.

5. 4 Presença de indicadores territoriais, colaborativas e comunitárias

Agora bem, com base nos indicadores propostos no segundo quadro para determinar as dinâmicas e os elementos fundamentais do processo de comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica, foi importante abordar uma série de seções que visam contribuir na compreensão dos momentos comerciais, políticos e sociais da implementação do Acordo de Paz de 2016.

5. 5 Associações, cooperativas e parcerias com as comunidades locais/receptoras

O modelo cooperativista tem sido um dos principais mecanismos adotados pelos antigos combatentes da antiga força subversiva das FARC-EP para viabilizar sua reincorporação socioeconômica. Desde a assinatura, muitos dos homens e mulheres optaram

por formas associativas para estruturar seus projetos produtivos, sendo a produção e comercialização do café uma das iniciativas mais consolidadas.

As cooperativas permitem que os antigos combatentes organizem sua produção de forma coletiva, compartilhem recursos e criem economias de escala, o que facilita a viabilidade financeira dos negócios. Além disso, esse modelo inédito em processo de reincorporação socioeconômica oferece segurança econômica e social, pois proporciona um espaço de apoio mútuo e gestão democrática alternativa ao modelo capitalista tradicional.

A cooperativa madre ECOMUN (*Economias Sociales del Común*), criada como a principal entidade de articulação das cooperativas dos antigos combatentes, desempenha um papel fundamental na gestão de recursos, capacitação e busca por parcerias comerciais. Nessa rede de cooperativas, surgiram várias iniciativas que têm escolhido o café como cultura produtiva e tem contribuído para o processo de consolidação dos projetos produtivos que buscam oferecer melhores condições para construir um novo projeto de vida depois da confrontação armada.

O modelo cooperativo facilita a construção de confiança entre os antigos combatentes, pois permite que todos participem da tomada de decisões e compartilhem responsabilidades. Esse aspecto é essencial para a estabilidade social e emocional, já que a maioria dos antigos combatentes passaram anos operando em uma estrutura de vida coletiva. Adicionalmente, a partilha de recursos permite que cooperativas acessem infraestrutura, equipamentos e assistência técnica de forma mais eficiente. Por exemplo, em algumas regiões, antigos combatentes compartilham terrenos produtivos com camponeses locais, criando redes de colaboração agrícola e comercial.

A estrutura cooperativa pretende fortalecer a capacidade de negociação coletiva, permitindo que os antigos combatentes acessem melhores condições de venda e parcerias comerciais. Algumas cooperativas têm conseguido certificações de comércio justo e orgânico, agregando valor ao produto e abrindo portas para mercados específicos e especializados.

A integração das cooperativas de café formadas por antigos combatentes das FARC-EP com as comunidades locais tem sido um aspecto central para a legitimação da participação desses grupos no mercado e a promoção de uma cultura de não estigmatização. A reincorporação socioeconômica não ocorre de maneira isolada, e a colaboração com

camponeses, associações comunitárias e atores externos têm fortalecido as redes de confiança e permitido a consolidação das iniciativas produtivas.

Após o Acordo de Paz de 2016, vários antigos combatentes se estabeleceram nos *Espacios Territoriales de Capacitación y Reincorporación* (ETCR), localizados em territórios historicamente impactados pelo conflito armado. Em diversas regiões cafeeiras, como nos departamentos de Tolima e Huila, o contato com pequenos produtores e cooperativas locais gerou oportunidades para a troca de conhecimentos, aprimoramento de práticas agrícolas e maior inserção no mercado. Um exemplo disso é a aliança entre as cooperativas dos antigos combatentes e os camponeses tradicionais, onde há o compartilhamento de infraestrutura produtiva, assistência técnica e acesso a mercados comuns. Essa colaboração ajuda a reduzir resistências sociais e superar o estigma associado aos antigos combatentes, mostrando que sua reintegração pode trazer benefícios para o território por meio da reconciliação.

Além das comunidades locais, as cooperativas de café têm estabelecido parcerias estratégicas com ONGs, universidades, empresas privadas e agências de cooperação internacional para fortalecer sua capacidade produtiva e comercial. Essas iniciativas não apenas ampliam as oportunidades de comercialização, mas também demonstram que o café produzido pelos antigos combatentes tem a capacidade de se inserir nas lógicas do mercado e ser competitivo além das lojas multimarcas que foram visitados ao longo do desenvolvimento desta pesquisa na cidade de Bogotá. De aí reforça a ideia de que a paz também pode ser promovida através do desenvolvimento econômico justo e integral.

Dessa forma, a presença ativa dos antigos combatentes nas redes produtivas locais tem permitido a desconstrução de preconceitos, mesmo ainda identificando altos níveis de estigmatização, e a criação de novas narrativas sobre a sua reincorporação. Segundo as apreciações desta pesquisa, é possível afirmar que o contato diário com camponeses, comerciantes e consumidores ajuda a transformar a visão de que esses indivíduos são uma ameaça, mostrando que podem ser agentes de desenvolvimento e inovação no setor agrícola.

Assim, alguns projetos de marketing social têm desempenhado um papel importante nesse processo, pois algumas cooperativas têm utilizado histórias de vida dos antigos combatentes e o simbolismo da paz como um diferencial competitivo para atrair consumidores engajados com o comércio justo e a reconstrução social. O café se torna, dessa

forma, não apenas num produto de qualidade, mas também um símbolo de transformação e esperança.

Finalmente, a comercialização do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica não ocorre de forma isolada. O sucesso dessas cooperativas depende da capacidade de estabelecer alianças estratégicas com as comunidades locais, agências de cooperação internacional e o setor privado. O fortalecimento dessas redes de colaboração e cooperação não apenas viabiliza a sustentabilidade econômica dos projetos, mas também desempenha um papel essencial na redução do estigma social e na construção de uma cultura de reconciliação.

5.6 Capacitação e formação: educação e treinamento e desenvolvimento de habilidades sociais

A capacitação e formação dos antigos combatentes das FARC-EP tem sido eixos e pilares fundamentais para a consolidação das cooperativas que estão produzindo e comercializando café como mecanismos viáveis de reincorporação socioeconômica. O acesso a programas de treinamento técnico, oficinas de gestão empresarial e capacitação em comercialização não pretende apenas melhorar a qualidade de produção, mas também fortalecer a autonomia dos antigos combatentes, permitindo sua inclusão na economia formal.

A transição da vida insurgente para a produção agrícola sustentável exige a adaptação dos antigos combatentes a novas técnicas de cultivo, colheita e processamento do café. Por exemplo no manejo agroecológico do café, processamento pós-colheita e controle de qualidade e certificações de café orgânico e comércio justo. Instituições como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o *Servicio Nacional de Aprendizaje* (SENA) têm sido essenciais na formação técnica dos antigos combatentes.

Dito isso, além da questão produtiva, a gestão empresarial e o fortalecimento da estrutura cooperativa exige capacitação em administração, contabilidade e marketing. Nessa lógica, diversas iniciativas têm oferecido treinamento para promover uma cultura saudável de gestão financeira e contábil promovendo transparência e sustentabilidade. ECOMUN - *Economias Sociales del Comun*, uma das principais organizações de apoio às cooperativas de antigos combatentes, têm desempenhado um papel crucial na capacitação e formação em gestão empresarial promovendo uma cultura de autossustentabilidade dos projetos produtivos.

A falta de experiência prévia no setor comercial representa um dos principais desafios para os antigos combatentes. Por isso, os programas de treinamento têm que priorizar as estratégias de marketing e branding para permitir que as cooperativas contem suas histórias e consigam agregar valor com base na narrativa histórica contextual. Dessa forma, o uso de plataformas digitais e redes sociais para venda direta, pode eliminar intermediárias e chegar a novos mercados.

O desenvolvimento de habilidades sociais é um fator crucial e fundamental para o sucesso das cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica. Além do conhecimento técnico e da capacidade empresarial, as habilidades interpessoais como negociação, liderança e construção de redes sociais de cooperação e colaboração são essenciais para garantir que esses empreendimentos possam se conectar a mercados, formar alianças estratégicas e fortalecer a confiança dentro e fora das cooperativas.

O sucesso comercial das cooperativas depende da capacidade dos antigos combatentes de interagir com diferentes atores da cadeia de valor do café. A inserção está justificada por meio do desenvolvimento de técnicas de negociação e mediação de conflitos, construção de parcerias comerciais e acesso a financiamento para eventualmente participar em feiras e eventos do setor cafeeiro.

A organização em cooperativas exige que os antigos combatentes possam desenvolver competências de liderança, comunicação e tomada de decisões coletivas. Com base nas conversações com diferentes membros e atores envolvidos, foram promovidas oficinas onde se falou e abordou diferentes temáticas sobre democracia interna e governança cooperativista para fortalecer a transparência dos membros, assim como a promoção de estratégias para resolução de conflitos e construção de consensos. Finalmente, o empoderamento de mulheres e sua inclusão nas estruturas de liderança, promovendo assim equidade de gênero dentro das cooperativas.

O desenvolvimento de habilidades sociais tem sido fundamental para promover a sustentabilidade das cooperativas. Mesmo identificando limitações e desafios na gestão das mesmas, a capacitação em negociação, liderança e construção de redes sociais tem facilitado a aceitação social e a construção de um ambiente de reconciliação e desenvolvimento econômico.

5.7 Promoção de normas de reciprocidade: projetos comunitários e responsabilidade social

Na cidade de Bogotá, Colômbia, diferentes experiências no esquema de associatividade e cooperativismo tem sido eixo central do processo de reincorporação socioeconômica e na criação de pontes de comunicação com as comunidades para a promoção de práticas de reciprocidade e responsabilidade social que vão além da dimensão econômica do processo de comercialização do café produzido pelas cooperativas dos antigos combatentes. Foi possível evidenciar articulações produtivas, educativas e culturais demonstrando como o trabalho cooperado pode funcionar como ferramenta de reconstrução de vínculos sociais e de enraizamento territorial.

A participação de reincorporados em feiras solidárias, como as organizadas pelas agências do governo conjunto às agências de cooperação internacional, evidenciam uma lógica de circulação de saberes e estratégias que promovem a reconfiguração do consumo como prática política e pedagógica. Agora bem, transversalizando com o pensamento de Paulo Freire (2005), esse processo poderia ser interpretado como uma forma de educação popular em movimento, onde o diálogo entre comunidades receptoras, população em processo de reincorporação, produtores e compradores. Para encerrar é importante destacar o pensamento de Putnam (1996), em relação a como a construção de normas de reciprocidade tem a faculdade de fortalecer o capital social por meio da ampliação da confiança entre diversos atores.

5.8 Participação e conexão com mercados locais, regionais e internacionais: certificações e selos de qualidade e marketing social

A obtenção de selos de qualidade não apenas melhora a aceitação do produto entre consumidores socialmente conscientes, mas também fortalece a imagem dos antigos combatentes enquanto são considerados como produtores comprometidos com práticas de produção e comercialização sustentável e éticas. O café colombiano já possui um reconhecimento mundial pela sua qualidade, e as certificações agregam valor ao produto devido a que conseguem garantir a atenção a critérios específicos como por exemplo: a sustentabilidade ambiental e a sua reeducação de uso de pesticidas e proteção da biodiversidade. Igualmente a promoção de práticas de comércio justo e a responsabilidade

social podem garantir um ecossistema de preços mínimos e condições de trabalho dignas para os produtores, assim como a inclusão de pequenos produtores para investir no fortalecimento da economia local.

A partir do exercício de observação foi possível determinar quão estratégicas são as certificações e os selos de qualidade devido ao facilitamento e ao acesso a mercados diferenciados, onde finalmente o consumidor está disposto a valorizar produtos com impacto social. Na lógica do consumo justo e socialmente ético, as certificações podem gerar maior credibilidade e confiança no produto em diferentes cenários para reduzir barreiras comerciais e, paralelamente, ajudar a superar a estigmatização social dos antigos combatentes. Assim, nessa lógica, também permitem preços mais competitivos nas lógicas do mercado, pois os consumidores e as empresas estão dispostos a pagar um preço superior pelos produtos certificados.

Por meio das conversações informais e as visitas físicas aos espaços das lojas multimarca na cidade de Bogotá, foi possível identificar o conhecimento do *Fairtrade International*, *Rainforest Alliance* e a Certificação Orgânica. Mesmo que haja conhecimento das normas exigidas, ainda é prevalente as limitações nas boas práticas produtivas para a obtenção das mesmas. É fundamental promover a obtenção devido a capacidade que elas têm de mudar a percepção pública sobre o trabalho que estão desenvolvendo os antigos combatentes e o fortalecimento da autonomia econômica.

As certificações e os selos de qualidade, indiscutivelmente são um instrumento essencial para consolidar a comercialização do café das cooperativas de antigos combatentes, garantindo acesso a mercados que tem o capital econômico e social para valorizar a sustentabilidade e a justiça social que os produtos das cooperativas estão tentando introduzir nas lógicas comerciais. Assim, além de agregar valor ao produto, os selos funcionam como um símbolo de transformação social e economia, garantindo o uso de boas práticas e altos níveis de qualidade na produção. Dessa forma e utilizando uma narrativa que consiga introduzir esses elementos na narrativa do produto pode ajudar a reduzir a estigmatização e promover uma cultura de reconciliação e desenvolvimento rural integral sustentável. Por isso, é imperativo que as entidades governamentais e de cooperação internacional continuem colaborando para que as cooperativas consigam a obtenção dessas certificações podendo alcançar autonomia e estabilidade ao longo prazo.

O marketing social desempenha um eixo fundamental na construção da narrativa de transformação social e comercial que as cooperativas estão promovendo nas lógicas do mercado. Mais do que vender um produto, as cooperativas estão buscando contar uma história de transformação, reconciliação e desenvolvimento sustentável, se conectar emocionalmente com os consumidores e criando uma base de clientes engajados com a causa de construir um ecossistema de paz estável e duradoura na Colômbia

A estratégia do Marketing Social que as cooperativas dos antigos combatentes estão utilizando buscam promover inclusão social, justiça econômica, sustentabilidade ambiental e reconstrução do tecido social. A narrativa de transformação e resiliência permite verbalizar a história dos antigos combatentes que, por meio do café, estão encontrando um meio de reconstruir suas vidas e contribuir para a construção de paz e reconciliação na Colômbia.

Dessa forma, o uso de uma identidade visual marcante e mensagens inspiradoras destacam os elementos essenciais dos símbolos de paz e de reincorporação, criando uma identidade forte e memorável para os consumidores. Nas diversas cooperativas que foram identificadas e observadas nas lojas multimarca foi possível identificar:

- **Café Paramillo:** Utiliza rótulos que contam a história da transição da guerra para a produção sustentável de café, enfatizando o impacto positivo da reincorporação.
- **Cooperativa Yari Café:** Sua identidade visual está inspirada na biodiversidade amazônica e no compromisso dos antigos combatentes com a preservação ambiental.
- **Café la Trocha:** Destaca a história das mulheres em processo de reincorporação socioeconômica promovendo equidade de gênero e empoderamento feminino.

O impacto do marketing social permite que os consumidores se envolvam emocionalmente com o contexto sociopolítico do produto e das cooperativas, transformando a compra de café em um ato de apoio aos esforços de paz e reconciliação. Por isso, o marketing social tem sido uma ferramenta extremamente essencial para as cooperativas dos antigos combatentes para superarem limitações e barreiras de estigmatização e conseguir ampliar a aceitação de seus produtos no mercado. Ao contar e narrar histórias de transformação e resiliência, essas iniciativas não apenas impulsionam a venda do café, mas também contribuem para a sensibilização da sociedade sobre o processo de reincorporação e a importância da promoção da cultura da paz. O fortalecimento dessas estratégias pode

consolidar ainda mais a posição das cooperativas no mercado e garantir a sustentabilidade econômica de seus membros.

5.9 Uso de tecnologias e redes sociais: plataformas online e consumidores virtuais

O uso de plataformas digitais tem ajudado os antigos combatentes a alcançar diferentes públicos e mercados, devido a capacidade de eliminar intermediários e atravessadores aumentando a margem de lucro dos produtores. Além disso, as redes sociais e o marketing digital desempenham papel importante na criação de engajamento com os consumidores finais por meio do relato das histórias de reincorporação e destacando os valores sociais e ambientais por trás do produto.

A digitalização do mercado tem permitido que as cooperativas alcancem consumidores conscientes, que têm a capacidade econômica, social e cultural de valorizar os produtos com um impacto social elevado. Algumas das principais vantagens da comercialização online permitem acessar a mercados internacionais, fortalecer a marca e a identidade do produto, assim como a eliminação de intermediários.

Várias cooperativas têm investido em plataformas digitais que acompanham os espaços físicos de distribuição na cidade de Bogotá. Por exemplo a Loja ECOMUN – Plataforma oficial da cooperativa madre ECOMUN, que reúne diversas cooperativas de antigos combatentes, permitindo a venda direta de café e outros produtos agrícolas. Café La Trocha, possui um site próprio para vendas online, além de apresentar as parcerias que promovem seu café para consumidores internacionais.

As redes sociais tem se tornado cada vez mais um canal de comunicação essencial para engajar os consumidores e construir uma reputação visual que acaba favorecendo as cooperativas. O *storytelling* digital permite postar vídeos e postagens que contam histórias dos antigos combatentes e a sua transição. A interação com os consumidores consegue criar respostas diretas a dúvidas, compartilhamento de experiências de clientes e promover incentivos para avaliar positivamente o desenvolvimento das iniciativas. Dessa forma, também é possível criar parcerias com influenciadores e diferentes públicos ONGs para cooperar no desenvolvimento no setor cafeeiro alternativo e promover ações de comércio justo e ter um alcance maior.

Igualmente, falando das temáticas a favor das novas dinâmicas, também é possível determinar que a infraestrutura digital é limitada e algumas regiões produtoras possuem acesso precário à internet, dificultando a digitalização dos negócios. Assim, muitos antigos combatentes precisam de treinamento para operar plataformas digitais e gerenciar vendas online, por isso a capacitação tecnológica ainda precisa ser apoiada e precisa de investimento. A concorrência no mercado digital é grande, mas exige estratégias de diferenciação mais sofisticadas.

O uso de plataformas online tem sido um fator determinante para o sucesso das cooperativas dos antigos combatentes na comercialização de café. As ferramentas modernas permitem acessar novos mercados, reduzir custos e promover um modelo econômico alternativo que promete acrescentar a sustentabilidade e a autonomia. Para maximizar os benefícios e resultados, é crucial investir em capacitação digital, infraestrutura tecnológica e estratégias inovadoras de marketing social. Dessa forma, a comercialização do café pode se consolidar como um pilar fundamental para a reincorporação socioeconômica e a promoção de paz no território colombiano.

A interação com consumidores virtuais por meio das plataformas digitais, redes sociais, fóruns e eventos tem oferecido espaços essenciais para conectar produtores, compradores, investidores e apoiadores, promovendo o comércio justo e a transparência nas relações comerciais do café produzido pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica. Os consumidores que procuram produtos socialmente responsáveis e de alto valor agregado tem demonstrado interesse pelo café pelas cooperativas, na tese, e com base nos períodos de observação participativa e não participativa, as histórias com alto nível de impacto social, permitem promover o café não apenas como um produto de qualidade, mas como um símbolo de paz e reconciliação. A sustentabilidade permite garantir que o produto atende a padrões ambientais e sociais. Muitos consumidores preferem adquirir o café diretamente dos produtores por meio de lojas online e marketplace.

Apesar dos consumidores virtuais, há desafios a serem superados como por exemplo a concorrência com grandes marcas, a necessidade de maior conectividade e capacitação para gerenciar plataformas online e conseguir fidelizar os clientes. Assim, a interação com consumidores virtuais tem se mostrado essencial para a comercialização do café das cooperativas de antigos combatentes. Através de redes sociais, plataformas de venda online e

eventos virtuais, esses produtores conseguem criar laços de confiança, compartilhar sua história e expandir sua base de clientes. No entanto, para consolidar essa estratégia, é fundamental investir em capacitação digital, estratégias de marketing digital e infraestrutura tecnológica, garantindo que essas iniciativas se tornem sustentáveis a longo prazo.

6. CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA

A reincorporação dos antigos combatentes à sociedade colombiana é um processo complexo, onde muitas dificuldades surgem. A maior limitação está relacionada à falta de recursos e infraestruturas adequadas nas zonas rurais, onde muitos antigos combatentes e suas famílias estão localizados. Embora o governo colombiano tenha lançado programas para dar apoio e acompanhamento, como cursos de formação técnica e psicossocial e incentivos financeiros, muitas vezes essas iniciativas são limitadas e não conseguem abranger todos os desafios estruturais do contexto socioeconômico do país. A falta de uma política pública mais robusta, o incumprimento das políticas existentes, e a escassez de apoio local dificultam a adaptação dos antigos combatentes ao mercado de trabalho, uma vez que muitos nunca

tiveram experiências de emprego formal e vivem em áreas onde o acesso a oportunidades é extremamente limitado.

Além disso, o estigma social em torno dos antigos combatentes, frequentemente visto como "terroristas" ou "bandidos", ainda persiste em muitas comunidades, o que torna a reincorporação socioeconômica difícil. O medo de represálias de grupos armados ilegais também é uma realidade constante para muitos ex-combatentes que tentam começar uma nova vida em áreas de conflito.

As cooperativas de café formadas por ex-combatentes das FARC, juntamente com outras comunidades rurais, têm sido uma ferramenta crucial no processo de reincorporação socioeconômica. Elas visam não apenas a produção de café de alta qualidade para exportação e consumo interno, mas também a criação de uma rede de apoio e a construção de uma nova identidade para os ex-combatentes, muitas vezes excluídos da sociedade após sua desmobilização. Com a ajuda de organizações internacionais, como a ONU e a União Europeia, além do governo colombiano, várias cooperativas foram estabelecidas com o objetivo de garantir que os ex-combatentes tivessem acesso a terras para cultivo, crédito agrícola, treinamento e mercados de café.

O crescimento das cooperativas de café tem sido positivo, embora com limitações. Em 2020, estimava-se que mais de 10.000 antigos combatentes haviam se associado a cooperativas em várias regiões da Colômbia, e a produção de café estava sendo utilizada como uma das principais fontes de sustento para essas pessoas. Essas cooperativas também têm um impacto positivo nas comunidades locais, pois promovem uma economia circular, gerando emprego e incentivando o trabalho em equipe e a solidariedade.

Apesar do sucesso inicial, as cooperativas enfrentam vários desafios críticos, que afetam diretamente sua capacidade de se manter sustentável a longo prazo:

Acesso a mercados internacionais: Embora algumas cooperativas tenham alcançado sucesso com o café de especialidade, a maioria ainda enfrenta dificuldades em termos de marketing e logística para acessar mercados internacionais. O custo de exportação e a falta de infraestrutura de transporte em algumas regiões remotas são barreiras significativas.

Capacitação técnica e administrativa: Muitas cooperativas carecem de capacitação em gestão empresarial e não têm experiência prévia no gerenciamento de empresas agrícolas. Isso pode dificultar a boa administração e a maximização da produtividade.

Concorrência com produtores tradicionais de café: Os ex-combatentes e suas cooperativas precisam competir com grandes produtores de café que já dominam o mercado e têm acesso a tecnologias avançadas e recursos financeiros maiores. O mercado de café especial pode ser altamente competitivo, e as cooperativas precisam oferecer qualidade consistente para se destacar.

A violência ainda é um grande obstáculo à estabilidade e à paz na Colômbia. Embora a desmobilização das FARC tenha sido um marco importante, muitos antigos integrantes da guerrilha ainda enfrentam ameaças, tanto de grupos dissidentes das FARC-EP que se recusaram a desmobilizar quanto de outros grupos armados ilegais, como o *Ejército de Liberación Nacional (ELN)*, bandidos e narcotraficantes. Em algumas áreas, o narcotráfico continua sendo a principal fonte de financiamento de grupos criminosos, que disputam o controle territorial, exacerbando a violência multidimensional.

Outro aspecto importante é o envolvimento do Estado colombiano em ações de repressão, com ações militares que, muitas vezes, afetam diretamente as comunidades locais e antigos combatentes em reincorporação. Isso cria um ambiente de insegurança para aqueles que tentam recomeçar suas vidas.

A economia colombiana tem uma grande dependência de setores extrativistas como o petróleo, carvão e mineração, o que a torna vulnerável a oscilações no mercado global. No entanto, o desemprego nas zonas rurais continua sendo um problema significativo, especialmente nas regiões afetadas pelo conflito. A maior parte da população rural vive em situações de pobreza extrema, e os programas de desenvolvimento rural são, muitas vezes, insuficientes para criar condições sustentáveis para as comunidades.

Embora a Colômbia tenha experimentado crescimento econômico nas últimas décadas, grandes disparidades regionais persistem. A desigualdade social, especialmente nas zonas rurais, ainda é um dos maiores desafios do país, afetando diretamente o

desenvolvimento sustentável. A falta de infraestrutura básica como estradas, acesso à educação e à saúde contribui para a exclusão dessas populações.

No contexto político, a Colômbia enfrenta uma grande polarização. A implementação do Acordo de Paz de 2016, que visa integrar os antigos combatentes à sociedade e oferecer novas oportunidades para as áreas afetadas pelo conflito, encontrou resistência em diversos setores. A oposição política e a falta de vontade política de alguns setores da sociedade dificultam a implementação das reformas. Além disso, a fragmentação política no país dificulta a construção de consensos em torno de políticas públicas que possam atender as necessidades das regiões mais afetadas.

A falta de presença estatal nas áreas rurais, onde o governo central tem pouca autoridade e recursos, dificulta a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das instituições públicas. E deixa o espaço para a proliferação de atividades a margem da lei.

Embora o fim das FARC-EP como grupo guerrilheiro tenha representado uma grande vitória, a violência ainda continua a ser um problema crítico. Grupos dissidentes das FARC que se recusaram a aderir ao processo de paz, continuam atuando em várias partes do país, especialmente nas regiões de fronteira com o Equador e a Venezuela. Esses grupos continuam envolvidos com o narcotráfico, financiando suas operações por meio do cultivo de folha de coca e tráfico de cocaína.

Além disso, o ELN é um dos principais grupos guerrilheiros ainda ativos, controlando áreas do norte e do leste da Colômbia. Embora tenha sido considerado um possível interlocutor para negociações de paz com o governo, a violência perpetrada por este grupo não cessou e contribui para a instabilidade regional. A presença de grupos paramilitares e de narcotraficantes também continua sendo um desafio significativo. Estes grupos frequentemente buscam controlar territórios estratégicos, principalmente onde há cultivos de coca, e a violência ligada ao narcotráfico ainda é uma realidade constante no país.

A desigualdade social na Colômbia é um dos maiores legados do conflito armado, e embora o país tenha experimentado crescimento econômico em termos de Produto Interno Bruto (PIB), a distribuição de riquezas continua desigual. A maioria da população rural vive com pouca ou nenhuma infraestrutura básica, como escolas, hospitais e acesso a mercados

para seus produtos. As grandes disparidades regionais entre as zonas urbanas e rurais contribuem para uma exclusão social que prejudica a coesão do país.

A falta de acesso à terra, aliada a altas taxas de concentração de terra nas mãos de poucos, continua sendo um problema central. Muitas famílias camponesas, especialmente aquelas nas regiões afetadas pelo conflito, não têm acesso à terra ou à capacidade de gerar rendimento de forma sustentável.

A reforma agrária, uma das principais exigências das FARC-EP durante o conflito, ainda não foi implementada de forma plena. A distribuição de terras permanece desigual, e muitos antigos combatentes, bem como outros camponeses, ainda não têm acesso à terra necessária para a agricultura. Embora o governo tenha lançado programas de desenvolvimento rural, como a Entrega de Terras para ex-combatentes, o processo é lento e enfrenta obstáculos como burocracia, falta de recursos financeiros e resistência de grandes latifundiários. Além disso, o cultivo de folha de coca continua sendo uma opção econômica mais viável para muitas comunidades rurais, dada a alta rentabilidade do produto, o que dificulta os esforços para substituir cultivos ilegais por alternativas agrícolas sustentáveis.

O sistema de justiça na Colômbia ainda enfrenta muitos problemas em termos de impunidade. Embora o Acordo de Paz de 2016 tenha estabelecido mecanismos para que os responsáveis pelos crimes durante o conflito sejam responsabilizados, a justiça transicional ainda enfrenta desafios, especialmente na aplicação da justiça para vítimas. Muitos líderes sociais e defensores dos direitos humanos, particularmente nas zonas rurais, continuam sendo assassinados ou ameaçados por grupos armados ilegais.

A proteção de antigos combatentes e líderes sociais tem sido uma das maiores preocupações, com um número crescente de ataques registrados após o acordo de paz. A presença de grupos armados ilegais que ameaçam ou assassinam antigos combatentes que optaram pela desmobilização continua sendo um grave problema.

Em termos gerais, a Colômbia está em um processo de transição. O país conseguiu avançar em algumas áreas, como a desmobilização de grupos armados e a construção de um acordo de paz com as FARC-EP, mas muitos problemas estruturais que alimentaram o conflito ainda não foram resolvidos. A violência persistente, a desigualdade social e a incapacidade de implementar reformas agrárias continuam a ser desafios cruciais para a construção de uma paz duradoura.

Assim, presente pesquisa contribui para o campo de estudo do desenvolvimento rural ao trazer e propor uma leitura territorializada situada nos processos de comercialização agrícola protagonizados e centralizados por sujeitos em uma condição extraordinária como o processo de reincorporação socioeconômica após anos de insurgência armada assimétrica. Ao investigar o rol das cooperativas dos antigos combatentes nas dinâmicas cafeeiras na Colômbia e no processo de construção de paz, o estudo amplia a compreensão sobre o desenvolvimento rural não apenas como expansão produtiva, “desenvolvimento”, ou inserção mercadológica, mas como processo socioterritorial que articula identidades, disputas, reconciliações, resistências e construção de novas territorialidades.

Além disso, a pesquisa dialoga com três abordagens cruciais para elucidar as questões referentes ao processo de implementação do acordo de paz, atingimento dos objetivos do desenvolvimento rural ao evidenciar que experiências associativas como as cooperativas analisadas operam em múltiplas escalas — local, nacional e global — e mobilizam estratégias econômicas, políticas e simbólicas para sustentar novos formatos de vida no contexto após a reprodução de violências. Ao adotar uma perspectiva inspirada em autores como Haesbaert, o estudo também reforça a importância de considerar a multiterritorialidade e as dinâmicas de pertencimento como categorias fundamentais para pensar os desafios e as potencialidades do desenvolvimento rural, da construção de paz e, também, da promoção de uma cultura de paz e reconciliação.

Finalmente, o trabalho evidenciou que a comercialização do café pelas cooperativas da população em processo de reincorporação socioeconômica não se limita a uma atividade econômica, mas representa uma prática profundamente enraizada em estratégias de resistência coletiva, reconstrução de vínculos sociais e promoção de novas territorialidades para a paz. Em Bogotá, essas experiências se organizam por meio de alianças colaborativas entre territórios rurais produtores e circuitos urbanos de consumo consciente, em feiras solidárias, espaços autogestionados e redes sociopolíticas que reconhecem no café não apenas uma mercadoria, mas um símbolo de dignidade e transformação. Adicionalmente, o estabelecimento das lojas multimarca na capital colombiana tem aberto novas janelas de oportunidades e mercados para experimentar novas possibilidades e caminhos.

Entre os principais descobrimentos da pesquisa, destaca-se o rol das cooperativas como mediadoras entre a memória do conflito e a possibilidade de futuros alternativos,

promovendo uma economia que valoriza a reciprocidade, a solidariedade e a reconstrução do tecido comunitário. As práticas de comercialização analisadas demonstraram a potência e a variada gama de significados das estratégias territoriais para fortalecer os vínculos entre sujeitos, comunidades e territórios.

Além disso, os aprendizados indicam a necessidade de ampliar políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia solidária, ao acesso a mercados e à capacitação técnica e comercial dos cooperados. Assim, é possível sugerir, também, o incentivo à reprodução de plataformas e espaços para inserir dinâmicas e estratégias de comercialização justa e campanhas de valorização dos produtos da reincorporação e de pequenos produtores rurais que permita explorar novos mercados e possibilidades, como forma de consolidar uma cultura de paz enraizada no cotidiano e nas práticas produtivas conscientes com o território e as comunidades que habitam nele. Apoiar essas iniciativas é, portanto, um passo fundamental para concretar a implementação do Acordo de Paz e avançar na construção de uma justiça social territorializada e duradoura.

7. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou observar, comentar e analisar a comercialização do café produzido pelas cooperativas formadas por antigos combatentes em processo de reincorporação socioeconômica na Colômbia, situando essa dinâmica no marco da implementação do Acordo de Paz de 2016. A partir de uma abordagem qualitativa, baseada em conversações, observação direta participante e não participante, além de revisão documental, foi possível evidenciar que a atividade cafeeira representa não apenas uma

estratégia econômica, mas também um instrumento de reconstrução simbólica, comunitária e política dos territórios afetados pelo conflito armado.

Os resultados obtidos indicam que as cooperativas vinculadas ao processo de reincorporação têm desempenhado um papel relevante na geração de renda, na promoção da economia solidária e na ressignificação da identidade dos antigos combatentes. Todavia, diversos desafios estruturais continuam a comprometer o pleno desenvolvimento dessas iniciativas, destacando-se a ausência de segurança jurídica sobre a terra, a precariedade da infraestrutura rural, os altos custos logísticos, a estigmatização social e a presença contínua de grupos armados ilegais em algumas regiões. Esses elementos dificultam o acesso a mercados formais e limitam as possibilidades de obtenção de certificações que agregam valor ao café, como os selos de comércio justo ou de produção orgânica.

Do ponto de vista teórico, a análise dialogou com os conceitos de abordagem territorial da paz, economia solidária, reincorporação socioeconômica e desenvolvimento rural inclusivo, evidenciando que a paz sustentável exige transformações estruturais nas relações sociais, econômicas e territoriais. A transversalização do cooperativismo no processo de reincorporação se mostrou uma alternativa viável para promover o trabalho coletivo, fortalecer o capital social e permitir formas autônomas de geração de renda, ainda que dependente de condições institucionais adequadas para sua consolidação.

A abordagem territorial, conforme prevista no Acordo Final, reconhece a necessidade de respostas diferenciadas às realidades locais, considerando aspectos históricos, geográficos e culturais. No entanto, oito anos após a assinatura do Acordo, constata-se um descompasso significativo entre os objetivos da política e a realidade vivenciada pelas cooperativas. A lentidão na entrega de terras, os investimentos insuficientes em infraestrutura e os riscos de segurança nas zonas rurais ameaçam diretamente a sustentabilidade das iniciativas econômicas de ex-combatentes.

A comercialização do café, nesse contexto, assume uma dimensão multidimensional: é econômica, pois busca garantir meios de vida dignos; é social, pois fomenta a reconstrução de vínculos comunitários; e é simbólica, pois representa uma ruptura com a economia da guerra e uma aposta concreta na paz territorializada. Contudo, para que esse potencial se realize plenamente, é imprescindível o fortalecimento das políticas públicas voltadas à

Reforma Rural Integral, à qualificação técnica das cooperativas, ao acesso a crédito, e à articulação com mercados nacionais e internacionais mais justos.

Em termos de agenda futura, recomenda-se o aprofundamento de estudos que articulem a análise econômica com os impactos sociais e subjetivos da reincorporação por meio do trabalho cooperativo. Do ponto de vista político, faz-se urgente repensar os mecanismos de monitoramento da implementação do Acordo de Paz, de modo que as promessas de transformação territorial e de justiça social não se percam diante das limitações orçamentárias e da instabilidade institucional.

Conclui-se, portanto, que o fortalecimento das cooperativas cafeeiras da população em processo de reincorporação é uma via estratégica para consolidar uma paz com justiça social, desde os territórios, e com protagonismo daqueles que outrora fizeram parte da guerra, mas que hoje apostam na construção coletiva de um futuro diferente.

Dessa forma, como bem advertiu Milton Santos, a América Latina continuará a ser palco de desigualdades históricas enquanto a terra permanecer concentrada e a reforma agrária for adiada. Para ele, a construção de um futuro mais justo passa necessariamente pela luta coletiva por melhores condições de vida e pela transformação das estruturas que mantêm a exclusão. Seguindo esse pensamento, conclui-se que o fortalecimento das cooperativas cafeeiras da população em processo de reincorporação é uma via estratégica não apenas para consolidar alternativas econômicas, mas também para reivindicar a dignidade e o direito ao território. Assim, lutar pela viabilidade dessas experiências é, em última instância, lutar pela efetivação de uma paz enraizada no desenvolvimento rural inclusivo, solidário e soberano.

A Colômbia está em um momento decisivo, tentando consolidar os avanços da paz e transformar seu futuro. Para que o país alcance uma paz sustentável e duradoura, será necessário resolver os desafios relacionados à violência persistente, à desigualdade social e à implementação das reformas prometidas. O sucesso a longo prazo depende da continuidade dos esforços para reintegrar os ex-combatentes, melhorar as condições econômicas nas áreas rurais e fortalecer as instituições democráticas para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma vida digna e sem violência.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael V. **A arte da observação participante**: uma abordagem prática para o campo da antropologia. São Paulo: Editora X, 2009.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva e sustentável da agricultura camponesa. São Paulo: Editora X, 2012.

APPADURAI, Arjun. **Modernidade em disputa: dimensões culturais da globalização**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARN – AGENCIA PARA LA REINCORPORACIÓN Y LA NORMALIZACIÓN. **Reincorporación social y económica.** Bogotá, 2020c.

BARHAM, Elizabeth. **La Denominación de Origen:** El caso del Café de Colombia. Bogotá: Editorial X, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARRILLO, B. El cooperativismo como apuesta para la paz en Colombia. **Revista Colombiana de Sociología**, Bogotá, v. 42, n. 2, p. 33–58, 2019.

CARRILLO-GONZÁLEZ, L. **Cotidianidades desarmadas, el reto invisible de las transiciones territoriales:** la ventana abierta de las Zonas Veredales Transitorias de Normalización en el proceso de paz con las *FARC-EP*. 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CENTRO DE MEMÓRIA HISTÓRICA (CMH). **¡Basta ya! Colombia:** memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Centro Nacional de Memória Histórica, 2019.

CSIVI – COMISIÓN DE SEGUIMIENTO, IMPULSO Y VERIFICACIÓN A LA IMPLEMENTACIÓN DEL ACUERDO FINAL. **Informe sobre el estado de implementación del Acuerdo Final.** Bogotá: CSIVI, 2017.

COLÔMBIA. **Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera.** Bogotá: Presidencia de la República, 2016.

CORAGGIO, J. L. **Economia social e solidária: uma perspectiva internacional.** São Paulo: Editora Cortez, 2009.

CORAGGIO, José Luis. **A economia social no campo.** São Paulo: Editora Cortez, 2003.

DURÁN, M. G. **Paz en el territorio:** dinámica de expansión geográfica del accionar colectivo por la paz en Colombia *1978–2003*. 2006.

ESCOBAR, Arturo. **Territórios de diferença: lugar, identidade e patrimônio na era global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FIP – FUNDACIÓN IDEAS PARA LA PAZ. **Radiografía del cumplimiento del Acuerdo de Paz:** avances y retos estructurales. Bogotá: FIP, 2022.

FLACHLAND, André. **Capital simbólico e construção de prestígio:** a teoria de Pierre Bourdieu. São Paulo: Editora X, 2003.

FONDO DE COOPERACIÓN Y DESARROLLO. **Informe sobre el proceso de reincorporación de los excombatientes de las FARC-EP en Colombia.** ONU, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAIGER, L. I. **Economia solidária:** alternativas ao capitalismo de mercado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

- GAIGER, L. I. **Sentidos do trabalho associado**: significados sociais da economia solidária no Brasil. In: GAIGER, Luis Inácio (org.). *Sentidos do trabalho: autonomia, significado e identidade no trabalho associado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 15-41.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GONZÁLEZ, M. **Colombia: La paz y sus contradicciones**. Bogotá: Editorial Universidad Nacional de Colombia, 2018.
- GONZÁLEZ, M. **Historia mínima de la violencia en Colombia**. Bogotá: Editorial Prensa Latina, 1999.
- GONZÁLEZ, J.; PÉREZ, R. **Desarrollo rural y paz**: políticas para la reincorporación de excombatientes en Colombia. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 2020.
- GONZÁLEZ POSSO, C. **Balance de la implementación del Acuerdo de Paz en territorios priorizados**. Bogotá: Indepaz, 2020.
- GUZMÁN, M. T.; WOODGATE, G. **Comercialización agroecológica e economía solidária**: práticas cooperativas no contexto da soberania alimentar. São Paulo: Editora X, 2013.
- HAESBAERT, Yvonnick. **A globalização e o conceito de território**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2004.
- HERNÁNDEZ, Fabio. **Geografía de la guerra y el desplazamiento en Colombia**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Colombia: Attacks on ex-FARC combatants and social leaders in post-peace agreement era*. 2020.
- INDEPAZ – INSTITUTO DE ESTUDIOS PARA EL DESARROLLO Y LA PAZ. **Informe sobre presencia de grupos armados ilegales en Colombia**. Bogotá: Indepaz, 2024.
- KLEIN, H. **The politics of the Colombian civil war: a historical analysis**. New York: Routledge, 2012.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.
- OCAMPO, J. A. La paz y el desarrollo rural en Colombia. **Revista de Economía Institucional**, Bogotá, v. 18, n. 34, p. 15-38, 2016.
- OFICINA DEL ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ- OACP. **Reincorporación económica: desafíos y avances**. Bogotá: Presidencia de la República, 2021.
- OSTROM, E. **Governo dos bens comuns**: a evolução das instituições de ação coletiva. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: UNESP, 1990.
- PIZARRO LEONGÓMEZ, M. **La guerrilla colombiana**: FARC, ELN y otros movimientos armados. Bogotá: Editorial Planeta, 2013.
- PONTE, S. The ‘Latte Revolution’? Regulation, markets and consumption in the global coffee chain. **World Development**, v. 30, n. 7, p. 1099–1122, 2002.

PORTER, M.; KRAMER, M. Creating shared value. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1/2, p. 62–77, 2011.

PORTILLO, J. L. **Consumo político**: cidadania e mercado. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Território e poder: geografia da resistência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Reincorporación social y económica con enfoque comunitario**. Bogotá: PNUD Colombia, 20-2023

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

RAYNOLDS, L. T. The globalization of organic agro-food networks. **World Development**, v. 32, n. 5, p. 725–743, 2004.

RENARD, M. C. Quality certification, regulation and power in fair trade. **Journal of Rural Studies**, v. 21, n. 4, p. 419–431, 2005.

RICHANI, N. **Systems of violence: the political economy of war and peace in Colombia**. Albany: SUNY Press, 2002.

SADER, E. **Enciclopédia do Pensamento Político Brasileiro: 1900-2000**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SÁNCHEZ, F. **La cuestión agraria y la violencia en Colombia**. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

SINGER, P. **Para uma economia de solidariedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SPRADLEY, J. P. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VÁSQUEZ, M. E. **La reincorporación de excombatientes de las FARC-EP: avances, dificultades y retos**. Bogotá: Fundación Ideas para la Paz, 2018.